ESPOSENDE
câmara municipal

PROJECTO CONCELHIO DE LUTA CONTRA A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

REDESOCIAL

Índice **Pág.**

1. Nota Introdutória	4
2. Estrutura do documento	5
3. Contextualização dos fenómenos da pobreza e da exclusão social	6
Capítulo I. Perfil do concelho	10
1.1. Dinâmicas demográficas	10
1.2. Protecção Social	11
1.3. Equipamentos Sociais	13
1.4. Educação	14
1.5. Caracterização Económica	15
1.6. Mercado de trabalho e emprego	16
1.7. Desemprego	17
1.8. Saúde	18
1.9. Habitação e habitação social	19
Capítulo II. Planeamento estratégico do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social	21
2.1. Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social – Um Projecto Estruturante	24
2.2. Fundamentação do Projecto	25
Capítulo III. Planeamento operacional/Operacionalização do Projecto	38
3.1. Plano de Acção para 2008	38
3.2. Carta de funções	43
3.3. Cronograma das acções para o ano de 2008	44
Capítulo IV. Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros	48
Capítulo V. Monitorização, Acompanhamento e Avaliação	53
5.1. Plano de Acção da Avaliação	61
Capítulo VI. Divulgação do Projecto de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social	62
Anexos	63
Metodologia	64
Sistema de monitorização e avaliação – Painel de Indicadores	66
Fontes Bibliográficas	70

Lista de Siglas

ANJE	Associação Nacional de Jovens Empresários
APACI	Associação de Pais e Amigos das Crianças Inadaptadas
BIC Minho	Oficina da Inovação S.A. (BIC Minho)
CAT	Centro de Atendimento a Toxicodependentes
CERCI Fafe	Cooperativa de Educação e de Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Fafe
CLAS	Conselho Local de Acção Social de Esposende
CNO	Centro Novas Oportunidades
CNO	Centro Novas Oportunidades
CRA	Centros Regionais de Alcoologia
CRVCC	Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
CSIF	Comissão Social Inter Freguesias
DS	Diagnóstico Social
IDITE Minho	Instituto de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica do Minho
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PCAAC	Programa Comunitário de Ajuda Alimentar aos Carenciados
PCHCC	Programas de apoio à Construção de Habitação a Custos Controlados
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PNAI	Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RS	Rede Social
RSI	Rendimento Social de Inserção
UIPSS	União das Instituições Particulares de Solidariedade Social
UNIVA	Unidade de Inserção na Vida Activa

1. Nota Introdutória

Vivemos numa época em que somos confrontados com o ritmo acelerado de transformações sociais que fazem mudar os comportamentos, as mentalidades e as próprias necessidades dos agentes e das instituições.

Um dos reflexos negativos da evolução das sociedades actuais prende-se com o problema da pobreza e da exclusão social.

Atendendo à importância global que hoje se reconhece às autarquias no desempenho do seu papel de representantes dos interesses das populações locais e enquanto entidades mais próximas do cidadão, a Câmara Municipal de Esposende vai implementar o **Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social**, pretendendo, dessa forma, promover a operacionalização de um projecto integrado de combate à pobreza. Ou seja, pretende-se que as estratégias de combate aos fenómenos da pobreza e exclusão social sejam entrecruzadas com a actuação de todo um leque de agentes envolvidos em determinados projectos de base local.

A autarquia considera que só através de uma acção colocada em rede, muito especialmente de uma rede local coordenada e dinâmica, em que imperem os princípios da participação e do partenariado, se conseguirá lidar com muitos problemas sociais, nomeadamente os relativos ao fenómeno complexo da exclusão social.

Neste processo a autarquia, devido à sua dinâmica e à maior proximidade das situações materiais concretas, tem um papel decisivo e central na adequação das respostas aos problemas das populações locais. Pretende-se com este projecto alcançar uma intervenção social em rede, uma acção organizada e coordenada no combate aos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

A área de intervenção do Projecto é a promoção de condições de vida dignas, favorecendo a inclusão social da população em situação de vulnerabilidade social, actuando no seu todo, e promovendo dessa forma a sua integração social.

2. Estrutura do documento

Capítulo I.

Perfil do concelho

Para contextualizar a intervenção com base no Diagnóstico Social Concelhio, torna-se necessário actualizar os indicadores do diagnóstico social do território. Neste sentido, a actualização da referida informação está estruturada segundo os domínios das problemáticas focadas no diagnóstico do Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, documento de referência nacional na definição de estratégias de intervenção do domínio social.

Capítulo II.

Planeamento estratégico do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social

Este capítulo tem como principal função contextualizar a intervenção no âmbito da Rede Social, explicar a metodologia das opções estratégicas e organizar a intervenção por Eixos. Efectua-se ainda uma fundamentação do Projecto, estruturada nos Eixos de Intervenção.

Capítulo III. Planeamento operacional/Operacionalização do Projecto

Neste capítulo organiza-se as acções desenvolvidas no âmbito de cada eixo, acções essenciais para o funcionamento e operacionalização das intervenções futuras. Inclui o Plano de Acção do Projecto para 2008, a carta de funções com as responsabilidades das parcerias identificadas e o cronograma de execução.

Capítulo IV. Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros

O Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros prevê os mecanismos e a metodologia de articulação para a operacionalização da parceria inerente ao Projecto.

Capítulo V. Monitorização, Acompanhamento e Avaliação

Todo o processo de desenvolvimento do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social deverá ser acompanhado e monitorizado. Define-se assim,

o tipo de avaliação que se pretende para o Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social e o Plano de Acção da Avaliação.

Capítulo VI. Divulgação do Projecto de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social

Será considerado neste capítulo, o Plano de Divulgação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social e a entidade responsável pela realização do mesmo.

3. Contextualização dos fenómenos da pobreza e da exclusão social

O fenómeno da pobreza e exclusão social é um fenómeno de natureza estrutural, não redutível apenas à ausência de rendimentos.

Agir sobre a pobreza e a exclusão social impõe assim a necessidade de uma política eficaz e articulada, que tome como alvo essencial as pessoas mais desfavorecidas, que assente na plena integração de todos, que valorize a igualdade de oportunidades e o respeito pela dignidade e direitos humanos e que fomente as solidariedades locais.

Nesta breve introdução aborda-se, de forma genérica, mas que se pretende esclarecedora, a problemática da pobreza e da exclusão social.

Alfredo Bruto da Costa propõe uma definição de «exclusão social» que encara a noção (de raiz anglo-saxónica) de «pobreza» e o conceito (originariamente francês) de «exclusão social» como complementares. Realça o facto de se tratar de um problema complexo e heterogéneo, pelo que se justifica falar em «exclusões sociais», no plural. A definição proposta é ilustrada com a abordagem de cinco formas de exclusão: pobreza, desemprego/emprego precário, minorias étnico-culturais, idosos e a situação dos sem-abrigo.

O estudo procura, sobretudo, contribuir para uma melhor compreensão destes problemas sociais, para melhor fundamentação das acções, preventivas e curativas, de luta contra a exclusão.

Para o autor, o conceito de exclusão social abarca a noção de pobreza e inclui outras situações que, embora não sendo de pobreza, são caracterizadas por rupturas ao nível das relações sociais. A qualificação de «social» permite interpretar a exclusão

como estando relacionada com a sociedade. Neste sentido, a exclusão tem a ver com a cidadania. O exercício pleno da cidadania traduz-se no acesso a um conjunto de sistemas sociais básicos (o social, o económico, o institucional, o territorial e o das referências simbólicas). Este acesso deve entender-se como uma forma de relação.

A pobreza consiste numa situação dinâmica de privação, por falta de recursos. A privação traduz-se, antes do mais, em más condições de vida. Este é o lado mais visível da pobreza: trata-se de privação múltipla, em diversos domínios das necessidades básicas (alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc…). O pobre está limitado no domínio das relações sociais. A situação da pobreza é marcada pela total ausência de poder por parte dos que são por ela atingidos, a ponto de nem sequer reivindicarem pelos seus mais elementares direitos. É deste reconhecimento que decorre o critério de «devolução do poder» como um dos que terão de informar qualquer acção eficaz de luta contra a pobreza.

Associando as duas dimensões – a da exclusão dos sistemas sociais básicos e a da perda de poder – conclui-se que a pobreza é um problema de cidadania. Uma pessoa privada do acesso àqueles sistemas sociais e destituída de toda a forma de poder está, inevitavelmente, impedida de exercitar a cidadania. Daí que a pobreza e a exclusão social constituam um problema político, o qual está relacionado com o conceito de democracia.

Na mesma linha de pensamento, Alcides A. Monteiro considera que a definição de pobreza resulta de uma acentuação dos aspectos de escassez de recursos que afecta famílias e/ou indivíduos privando-os do acesso a bens fundamentais, com a intervenção a centrar-se sobre a dimensão redistributiva do fenómeno. Por sua vez, a exclusão social «é interpretada como a negação, ou não respeito, do acesso por determinados grupos a direitos sociais fundamentais e consagrados pelo princípio da cidadania, acentuando a dimensão relacional do fenómeno» (2004: 18). Monteiro parte assim do reconhecimento de que existem pessoas ou grupos que não têm acesso a uma qualidade de vida considerada como mínima em cada país, assim como carecem de integração nas principais instituições sociais e profissionais da sociedade. Em consonância com a

concepção de Alfredo Bruto da Costa, Alcides A. Monteiro sugere uma definição de exclusão social que tem subjacente o não acesso a uma cidadania plena.

Para Alfredo Bruto da Costa os *principais factores explicativos* da pobreza e da exclusão social devem-se procurar na sociedade: «no modo como a sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominantes, na estrutura de poder (político, económico, social e cultural) – tudo factores que se traduzem em *mecanismos sociais* que geram e perpetuam a pobreza e a exclusão. Neste entendimento, a solução do problema requer a eliminação desses mecanismos, o que se não faz sem mudanças sociais» (2005: 39).

Na primeira metade dos anos noventa, num estudo sobre a pobreza, verificou-se que os três principais grupos de famílias pobres, eram constituídos por famílias de pensionistas, de trabalhadores empregados e de trabalhadores por conta própria. As razões são as seguintes: no pensionista, o valor da pensão, no trabalhador empregado, o nível do salário e, no trabalhador por conta própria, os baixos rendimentos provenientes de uma actividade por conta própria, por vezes para superar uma situação de desemprego. Deste modo, a pobreza tem que ver com os sistemas de pensões, o mercado de trabalho, o sistema de salários e o carácter precário de algumas actividades por conta própria. A montante destes sistemas, encontra-se o sistema educativo e de formação profissional, onde, segundo Alfredo Bruto da Costa, começa e termina o círculo vicioso da pobreza. O sistema educativo é assim uma das principais pontes de transmissão da pobreza de uma geração a outra. Uma das características das pessoas pobres é o seu baixo nível de instrução. Uma das consequências dos handicaps que a pobreza implica consiste na transmissão da pobreza e dos handicaps à geração seguinte. Os filhos dos pobres começam por nascer na pobreza, isto é, numa situação caracterizada pela privação e pelo conjunto de handicaps por que a família está marcada. Esta é já uma situação de risco social, ainda mais quando se verifica que as crianças pobres estão ainda longe de ter, na escola, as necessárias condições de sucesso.

Para Alfredo Bruto da Costa, qualquer programa ou projecto de luta contra a pobreza deverá ter em vista, além do mais, devolver aos pobres o poder que perderam (empowerment) para que tenham condições para o pleno exercício da cidadania. Isto implica que o programa/projecto atribua elevado grau de importância à participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social em todo o programa/projecto.

Após esta breve contextualização sobre o fenómeno da pobreza e da exclusão social, importa realçar a necessidade de uma intervenção estrutural e integrada no combate a estes fenómenos, sob pena de continuarmos a assistir a intervenções fragmentadas e desarticuladas que promovem as condições de reprodução dessas situações, não favorecendo uma luta eficaz contra a pobreza e a exclusão e inviabilizando uma verdadeira alteração das condições de vida das populações desfavorecidas.

De seguida, é apresentado o perfil do concelho, com base na actualização do Diagnóstico Social da Rede Social, que incorpora o Projecto.

Capítulo I. Perfil do concelho

Esposende é um dos 305 concelhos do país e situa-se no Norte, no Minho, pertencendo ao distrito de Braga. Deste distrito, com 13 concelhos, é o único com território litoral.

Limitam-no a Norte o concelho de Viana do Castelo, a Sul o da Póvoa de Varzim e a nascente o de Barcelos. O Oceano Atlântico banha-o a poente numa extensão aproximada de 14 Km, o seu território estende-se por uma área de 95,18 km2, representando 3,41% da área total do distrito de Braga. É atravessado a sul pelo rio Cávado e a norte pelo rio Neiva.

Fazem parte do concelho 15 freguesias, sendo a de maior dimensão a de Marinhas com 11,7 Km2, e a mais pequena a própria cidade de Esposende com 1,9 Km2.

Para se planificar serviços e medidas de intervenção é importante conhecer as tendências demográficas da população, ou seja, qual a sua estrutura e dinâmica. Nesse sentido o Diagnóstico Territorial realizado pela Rede Social faz uma caracterização geral do concelho, das principais dinâmicas demográficas, da protecção social e equipamentos sociais, educação, sectores económicos, mercado de trabalho e emprego, desemprego, indicadores referentes à saúde, habitação e outras áreas de interesse.

A actualização dos dados foi efectuada a partir das informações recolhidas junto das instituições (Câmara Municipal de Esposende, Centro Distrital de Segurança Social, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Esposende, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Santa Casa da Misericórdia de Esposende, Centro Novas Oportunidades, Instituto da Droga e da Toxicodependência) e com base nos seguintes documentos: Anuário Estatístico 2005, Censos 2001.

1.1. Dinâmicas demográficas

Esposende tem-se caracterizado pelo aumento da densidade populacional. Em 1991, a densidade populacional situava-se nos 316,3hab./Km², em 2001 nos 350,1 habitantes por Km² e, em 2005, nos 366 habitantes por Km².

Nos Censos de 1991 a população residente era de 30.101 habitantes, em 2001 de 33.325 e segundo os dados do Anuário Estatístico de 2005 a estimativa da população é de 34.919 habitantes. Ou seja, entre 1991 e 2005 regista-se um aumento populacional de 4.818 habitantes, correspondendo a um aumento populacional percentual de 16%.

Segundo as estimativas do INE, publicadas nos Anuários Estatísticos, a taxa de natalidade entre os anos de 2000 e de 2005 sofreu um decréscimo de 4,1%, passando de 14,4% (em 2000) para 10,3% (em 2005). Tendência semelhante verificamos em relação à taxa de mortalidade que decresceu, passando de 7,7% (em 2002) para 7,2% (em 2005).

Comparando a variação da população residente por grandes grupos etários entre os anos de 2001 (dados dos Censos) e de 2005 (Anuário Estatístico) verificamos as seguintes oscilações: a população residente com idade até 14 anos passou de 6.680 para 6.405 (diminuição de 275 efectivos), a população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, passou de 22.639 para 24.139 (aumento de 1.500 efectivos) e a população com 65 e mais anos aumentou de 4.006 para 4.375 (aumento de 369 efectivos).

O índice de envelhecimento no concelho de Esposende é de 68,3%, na Região Norte de 90,9% e em Portugal de 110,1%.

Relativamente ao índice de dependência de idosos no concelho é de 18,1%, valor abaixo do referente a Portugal (25,4%) e à Região Norte (21,7%).

1.2. Protecção Social

A nível dos indicadores referentes à protecção social, em 2005 o concelho apresentava um total de 6.611 pensionistas (correspondendo a 18,9% da população residente nesse ano, de 34.919 pessoas): 14,5% corresponde a pensões de invalidez (1.002 pensionistas), 60% a pensões de velhice (4.149 pensionistas) e 25,5% a pensões de sobrevivência (1.763 pensionistas). Existiam 1.347 beneficiários de subsídios de doenças (o que representa 3,9% da população residente), 4.361 pessoas com abono de família a crianças e jovens (12,5%), 1.872 de pessoas com subsídio por doença (5,4%).

Rendimento Social de Inserção

Com a implementação do Rendimento Mínimo Garantido a nível nacional a 1 de Julho de 1997, actualmente com a designação de Rendimento Social de Inserção – RSI, surgiram as Comissões Locais de Acompanhamento e nelas passaram a concentrar-se os recursos das várias instituições e serviços que a constituem. Esta abordagem integrada dos problemas sociais foi reforçada com o Programa Rede Social que ao criar o Conselho Local de Acção Social, permitiu a conjugação de esforços, facilitando a construção de um diagnóstico social do concelho participativo, envolvendo vários parceiros locais da Rede Social, incidindo sobre as problemáticas e potencialidades em diversas áreas de análise.

Em 2007 foi elaborado pela Rede Social o Guia de Recursos na área da intervenção social, para apoiar os técnicos e os intervenientes locais que mais directamente exercem actividade no âmbito do acompanhamento social, constituindo-se num instrumento de suporte à actividade de todos aqueles que têm a responsabilidade de trabalhar com as populações. O Guia de Recursos congrega informação transversal às diferentes áreas porque se reconhece que, cada vez mais, a intervenção tem de ser efectuada de forma integrada e que, localmente, são os mesmos técnicos que, na área social, trabalham com os mesmos destinatários.

A caracterização dos processos do Rendimento Social de Inserção reporta-se a Junho de 2007, comparando com os dados do Diagnóstico Social do Concelho de Esposende, cujos dados se referem ao mês de Setembro de 2002. Em 2002 existiam 155 agregados familiares, correspondendo a 407 pessoas beneficiárias do Rendimento Social de Inserção; em 2007 existem 111 famílias, correspondendo a 262 pessoas.

Da análise dos agregados familiares beneficiários do Rendimento Social de Inserção entre 2002 e 2007, regista-se uma diminuição de 44 agregados familiares, correspondendo a 28,39%. As maiores proporções de diminuição de casos registam-se nas freguesias de Mar (-63,64%), Antas (-56,25%), Marinhas (- 52,17%) e Apúlia (-40,91%). Verifica-se ainda que as situações de precariedade e vulnerabilidade social estão presentes em todo o concelho, evidenciando-se cinco focos, nas freguesias de Esposende, Fão, Apúlia, seguindo-se as freguesias de Marinhas e Forjães.

Relativamente aos mecanismos de apoio às famílias com dificuldades sócio-económicas, para além do RSI, existem os subsídios eventuais, o acolhimento familiar

de adultos e menores, o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, as ajudas técnicas, etc.

No balanço final do ano de 2006, registavam-se as seguintes famílias apoiadas economicamente pela acção social: precariedade económica (famílias com baixos rendimentos/ausência de rendimentos) - 114 famílias; ajudas técnicas - 54 famílias; toxicodependência – 8 pessoas; sida – 2 pessoas.

Existiam ainda 183 famílias a beneficiar do Programa Comunitário de Ajuda Alimentar aos Carenciados (PCAAC).

1.3. Equipamentos Sociais

Na análise das capacidades das valências das Instituições Particulares de Solidariedade Social concelhias, registam-se as seguintes taxas de cobertura: a valência creche tem uma taxa de cobertura de 43%.

Em 2007 registam-se 24 estabelecimentos de educação pré-escolar (rede pública e privada) e 1.178 lugares que representam uma taxa de cobertura concelhia de 70%. Estabelecendo a diferença entre a rede pública e a rede privada e solidária no que se refere ao ensino pré-escolar, a taxa de cobertura da rede pública é de 41% (695 lugares) e a taxa de cobertura da rede privada e solidária é de 29% (483 lugares).

Relativamente à valência Centro de Actividades de Tempos Livres, o concelho detém em 2007 cerca de 14 instituições com capacidade para 727.

Na área da deficiência, o concelho dispõe de um Centro de Actividades Ocupacionais, com capacidade para 17 lugares.

A capacidade de Lares para pessoas idosas é de 148 lugares, representando uma taxa na ordem dos 3,7%. Relativamente aos Centros de Dia a taxa de cobertura é de 3,36%.

O Serviço de Apoio Domiciliário dispõe de 125 lugares, representando a taxa de cobertura de 3,12%.

Na área dos serviços e equipamentos de apoio à reabilitação da população com problemas ligados ao álcool, existe a Comunidade de Inserção Social de Esposende, com 20 lugares, sendo 8 em regime de internamento e 12 para o período diurno.

A capacidade do Centro Acolhimento Temporário é de 20 lugares. Na área dos Serviços e Equipamentos para a Família e Comunidade, existe um protocolo para o Atendimento e Acompanhamento Social, que abrange cerca de 115 famílias.

1.4. Educação

A escolarização e as qualificações da população em geral são elementos estruturantes fundamentais para a compreensão de fenómenos de pobreza e exclusão social e para a inclusão dos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente no que se refere à sua participação no mercado de trabalho. A escola constitui, assim, um espaço privilegiado, a partir do qual se podem detectar precocemente, prevenir e combater as situações de pobreza e de exclusão social.

Alguns indicadores como as taxas de abandono escolar e de analfabetismo são referenciais importantes para esta análise. Os dados oficiais existentes reportam-se aos Censos de 2001.

A taxa de abandono escolar no concelho, segundo os Censos de 2001, era de 3,1%, sendo superior à do Continente, de 2,79%.

A taxa de analfabetismo no concelho em 1991 era de 9,1% e em 2001 de 7,3%, verificando-se uma diminuição percentual de 1,8%.

A formação e a aprendizagem ao longo da vida remetem para o ideal de educação permanente, compreendendo a educação de jovens e adultos, orientada para a provisão pública de educação e tendo objectivos de esclarecimento e de autonomia dos indivíduos e a transformação social através do exercício de uma cidadania activa e crítica, favorecendo o seu processo de inclusão social.

No contexto actual, verifica-se que o apelo à formação e à aprendizagem ao longo da vida tende a ser orientado para a empregabilidade, num quadro societal caracterizado pelo reforço das responsabilidades individuais, pela aquisição de saberes e de competências para competir, e pelos sucessos e fracassos no mundo do trabalho. Daí este ser um instrumento fundamental para o combate às situações de pobreza e de exclusão social, num quadro societal marcado por processos de globalização e de individualização.

As ideias de educação e de formação contínuas estão assim interligadas com as ideias de reciclagem e de actualização, exigidas por uma sociedade em constantes mudanças que tornam os conhecimentos científicos, técnicos e profissionais rapidamente obsoletos, considerando-se por isso que ao homem não basta a aprendizagem escolar, sendo necessário ampliá-la e aprofundá-la ao longo de toda a vida. Não invalidando a perspectiva de que a educação é um processo que se desenvolve ao longo de toda a vida humana, no qual se inclui a educação escolar, a educação permanente põe sobretudo em realce as dimensões políticas, sociais e culturais da acção educativa.

No concelho de Esposende, além dos Cursos de Educação e Formação de Adultos promovidos por várias entidades formadoras do concelho e até mesmo exteriores ao concelho, para a qualificação da população adulta, registam-se algumas acções levadas a cabo pelo Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências da Zendensino, Cooperativa de Ensino, IPRL, que iniciou a actividade a 1 de Setembro de 2006. Desde essa data até 31 de Outubro de 2007, foram efectuadas 179 certificações, conferindo equivalências ao 1º, 2º ou 3º ciclo do ensino básico.

A população do concelho de Esposende certificada pelo Centro Novas Oportunidades da Kerigma, foi a seguinte: mo ano de 2005 foram certificados 72 adultos, todos ao nível do 9º ano; no ano de 2006, 29 adultos certificados, 1 ao nível do 6º ano e os restantes ao nível do 9º ano de escolaridade; no ano de 2007 foram certificados 13 adultos, ao nível do 9º ano de escolaridade. O Centro Novas Oportunidades da Ancorensis certificou durante o ano de 2006 25 adultos e no ano de 2007 8 adultos, ao nível do 9º ano de escolaridade.

1.5. Caracterização Económica

Segundo os dados do Anuário Estatístico de 2005 existem 3.803 empresas distribuídas pelos diversos sectores de actividade, predominando as actividades relacionadas com o comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico, representando cerca de 29% do total de empresas existentes (1.096 empresas).

Quanto à dinâmica de constituição e de dissolução de sociedades regista-se que no ano de 2005 foram constituídas 51 novas sociedades, contra 34 sociedades dissolvidas (Anuário Estatístico, 2005).

1.6. Mercado de trabalho e emprego

A análise social de um território tem necessariamente que considerar as fontes de rendimento das famílias já que é através do seu rendimento que estas têm acesso a bens e serviços que lhes permite aumentar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Esposende é um concelho com uma população activa ainda jovem que se distribui pelos diferentes sectores de actividade (15.531 pessoas). Regista-se a predominância no sector secundário com 8.215 indivíduos (52,9%), seguindo-se o sector terciário com 6.050 indivíduos (39%), e finalmente o sector primário com 1.266 indivíduos (8,1%).

A população no sector primário é ainda percentualmente bastante elevada (8,1%), o que dá ao concelho um cariz ainda rural que convive com um sector secundário forte em emprego e um sector terciário ainda reduzido.

Entre 1991 e 2001 a taxa de actividade subiu de 48,3% para 49% mas a taxa de actividade masculina foi superior, subindo 0,8 % contra 0,3 % para a actividade feminina.

Ao longo da última década houve um aumento significativo da taxa de desemprego, tendo passado de 3,1% em 1991 para 4,9% em 2001, atingindo principalmente a população feminina, que regista em 2001 uma taxa de desemprego de 6%, contra 3,9% referente à população masculina.

Na análise da situação na profissão da população residente activa e empregada, constata-se que a maior parte dessa população é empregada por conta de outrem no que respeita à sua situação na profissão – 11.790 pessoas, representando 75,9% da população activa. Os empregadores representam 14,4% da população activa (2.237 pessoas).

No sentido de percepcionar os meios de sobrevivência da família, analisou-se de forma genérica o principal meio de vida.

Da análise do principal meio de vida da população residente, com 15 ou mais anos (num total de 26.645 pessoas), resulta que a maior parte desta população tem como principal meio de vida o trabalho (15.511, representando 58,2% dessa população).

A população do concelho depende directa ou indirectamente de rendimentos do trabalho, considerando que o subsídio de desemprego é também atribuído apenas a quem trabalhou e perdeu o emprego involuntariamente, e as pensões são resultado na maior parte dos casos de contribuições feitas durante a vida activa.

Um número significativo de indivíduos vive da pensão/reforma, atingindo um maior número de mulheres (3.019, contra 2.186 homens), num total de 5.205 indivíduos. Apesar de ser um concelho com uma população activa jovem é também significativa a percentagem de pensionistas relativamente à população activa - cerca de 31,8% (5.205/16.324).

1.7. Desemprego

A exclusão social, enquanto fenómeno multidimensional que não se esgota na pobreza, em grande medida está associado aos problemas do desemprego e à consequente ausência de recursos materiais. A exclusão e/ou fragilização face ao mercado de trabalho é considerado um dos problemas vividos pela população excluída e torna-se em factor particularmente grave quando é longo e concentrado, como é o caso das famílias onde ninguém tem trabalho. Deste modo, a vulnerabilidade (ou seja, a exposição a riscos portadores de insegurança) revela-se como uma condição preocupante na análise da exclusão.

Em Esposende a população desempregada é em Maio de 2007 de 862 pessoas. Segundo as estatísticas oficiais publicadas mensalmente pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, entre 2005 e 2007 verifica-se uma diminuição da população desempregada na ordem dos 23%. Ao longo desses anos verifica-se uma predominância de pessoas desempregadas com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos de idade e o aumento gradual do desemprego de longa duração (em 2005, 367 desempregados há mais de um ano, em 2006, 438 desempregados e em 2007, 424 desempregados). Esta situação apresenta-se como um problema estrutural, dado que no Diagnóstico Social de 2003 eram confirmadas as mesmas conclusões relativamente ao desemprego de longa

duração, representando nessa altura proporções elevadas no contexto do desemprego. A manutenção de elevados níveis de desemprego da população inscrita há mais de um ano no Centro de Emprego é demonstrativa da incapacidade para uma reintegração no mercado de trabalho.

No total de desempregados, a população à procura do 1º emprego é pouco significativa. Entre as várias hipóteses de explicação de tal facto salientam-se uma maior facilidade de integração da população jovem no mercado de trabalho e a pouca visibilidade desta procura, visto que a inserção no 1º emprego se realiza frequentemente pelos próprios meios e não pelo recurso ao Centro de Emprego.

Em relação aos níveis de escolarização da população desempregada regista-se a predominância da população com baixos níveis de escolarização, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho e favorece a existência de situações de precariedade contratual.

Importa ainda referir um problema estrutural a nível da articulação entre a oferta e a procura de trabalho: a oferta de emprego revela-se frequentemente pouco mobilizadora, apesar de haver intensa procura. Contribui para isso um conjunto de circunstâncias, concorrentes ou associadas, entre as quais referem-se as fracas condições salariais frequentemente oferecidas, a qualidade das relações laborais, a localização geográfica nem sempre próxima/acessível, com as consequentes dificuldades de mobilidade, a falta de experiência ou formação profissional dos candidatos ao emprego ou ainda com modos de vida pouco ajustados às exigências do mercado de trabalho.

Esta situação agrava-se actualmente com as consequências da conjuntura económica pouco favorável ao crescimento do emprego.

1.8. Saúde

Nas sociedades modernas cada vez mais a problemática da população idosa se interrelaciona com os domínios da saúde e da protecção social. Em Esposende, e no âmbito da Rede Nacional dos Cuidados Continuados Integrados, o Centro de Saúde dispõe de uma Unidade de Ambulatório, que tem por objectivo a melhoria das condições de vida e bem estar, através da prestação de cuidados continuados de saúde e de apoio social visando a manutenção das pessoas com perda de funcionalidade ou em

risco de a perder, no domicílio, sempre que mediante apoio domiciliário possam ser garantidos os cuidados terapêuticos e apoio social necessários à provisão e manutenção do conforto e qualidade de vida.

O Hospital Valentim Ribeiro, da Santa Casa da Misericórdia de Esposende, tem como Unidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados os seguintes serviços:

- Unidade de Convalescença, com 19 camas, tendo por objectivo o tratamento e supervisão clínica, continuada e intensiva e para cuidados clínicos de reabilitação na sequência de internamento hospitalar originado por situação clínica aguda, recorrência ou descompensação de processo crónico, até 30 dias.
- Unidade de Média Duração e Reabilitação, com 10 camas, destinada para a prestação de cuidados clínicos, de reabilitação e de apoio psicossocial, por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou descompensação de processo patológico crónico, a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável e com uma duração entre 30 e 90 dias.

1.9. Habitação e habitação social

Esposende é uma região de elevada actividade turística devido às características da sua orla marítima. Assim uma elevada percentagem de habitações destina-se a segunda habitação e férias (41%), e mesmo os espaços sem construção habitacional são objecto de exploração para actividades turísticas. Esta situação gera especulação imobiliária, encarece terrenos e construção, agravando as dificuldades das populações carenciadas residentes. Mesmo auferindo rendimentos do trabalho, quando estes são baixos, as populações não têm condições de acesso ao mercado da habitação e respectivo sistema de crédito bancário, e ao próprio mercado de arrendamento.

Assim dos 17.144 alojamentos clássicos existentes no concelho 15.999 estão ocupados (93,3%) e 1.145 estão vagos (6,7%). Dos alojamentos ocupados, 59% correspondem à residência habitual das famílias e 41 % a residência sazonal ou de uso secundário.

Em relação aos problemas referentes à habitação, destacam-se os seguintes: exclusão habitacional por parte de alguns grupos sociais mais vulneráveis;

endividamento das famílias para aquisição de casa própria; insuficiência económica sentida pelas famílias para a recuperação e beneficiação de habitações degradadas.

Síntese

Esta caracterização do concelho, segundo as diversas áreas em análise, permite ter uma visão do concelho e das áreas a merecer intervenção. Contudo, importa ter em atenção que a intervenção social local, com base nas instituições de solidariedade locais, tem assumido um papel preponderante na resolução de problemas, nomeadamente de índole social, e proporcionado a consolidação de parcerias, a articulação de acções, objectivos e recursos, com base na complementaridade entre objectivos alargados de solidariedade social e numa gestão com critérios de racionalidade económica que não devem ser esquecidos.

Capítulo II. Planeamento estratégico do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social

Na operacionalização do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, a autarquia conta com a existência de uma estrutura congregadora da intervenção na luta contra a pobreza e a exclusão social no concelho – a Rede Social. Tal estrutura é composta por uma rede inter-institucional onde participam as várias entidades locais envolvidas neste tipo de acção, podendo ainda contar com a presença, esporádica ou contínua, de entidades nacionais fornecedoras de informação, financiamento ou de outro tipo de recursos, como consultoria técnica para monitorizar e avaliar a implementação e execução do projecto.

A Rede Social permite congregar as redes locais de contactos e conhecimentos, com bases de ancoragem a solidariedades partilhadas. Considerando o desenvolvimento comunitário como uma das formas mais sensíveis de trabalho em parceria, o Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social implica uma metodologia de *trabalhar com* em vez de *trabalhar para* as comunidades locais a que se destinam.

A autarquia constitui-se como a entidade dinamizadora do Projecto e a Rede Social permitirá uma actuação conjunta para estabelecer e manter uma rede operativa que viabilize, fortaleça e optimize a organização local contra a pobreza.

O Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social permitirá inaugurar uma nova fase da história de actuação do município a favor das populações locais: a fase de intervenção estratégica no processo de desenvolvimento local.

O Projecto tem inerente uma concepção de desenvolvimento que, ao contrário do crescimento meramente económico, é um processo global e plurifacetado de mudança tendo em vista a qualidade de vida da população, animado pela procura da solidariedade e justiça social e alimentado pela participação colectiva enquanto força de expressão comunitária e individual.

Em resultado de um crescente envolvimento e participação de grupos de cidadãos, algumas instituições locais têm vindo a constituir-se como interlocutores privilegiados no relacionamento com os indivíduos e as famílias em situação de pobreza. Este é o caso, entre outras, das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que cobrem uma larga fatia dos serviços de apoio social às populações e criam directamente muitos postos de trabalho, contribuindo para as dinâmicas locais a nível da conciliação da vida familiar e profissional das populações, e a nível da própria economia local e dinâmicas sócio-culturais.

Apesar da grande diversidade existente em termos de intervenientes no terreno (Autarquias, Centro de Saúde, Segurança Social, Centro de Emprego, entre outras) as IPSS e as redes informais de parentesco e vizinhança «podem ser consideradas duas das entidades com repercussões mais significativas numa sociedade onde, existindo um Estado-Providência fraco, a sociedade-providência é forte» (Ruivo; 2000: 80).

Do trabalho em parceria …

Da investigação efectuada sobre a pobreza e a exclusão social, resulta que um dos elementos a que se tem dado relevo nas estratégias para promover a coesão económica e social é a parceria. Ou seja, a acção coordenada por parte de todos aqueles que estão interessados num verdadeiro processo de mudança, a qual implica uma corresponsabilidade dos agentes envolvidos quanto ao sucesso do conjunto da acção conduzida, pressupondo uma estratégia comum e consensual para a actuação.

Neste sentido, o êxito do Projecto depende da capacidade de mobilizar diversos parceiros, como os parceiros locais que desenvolvem actuação no campo da intervenção social, os organismos (estatais) que dispõem de recursos centrais (nas áreas do emprego, da formação, do apoio social, da educação, da saúde, entre outras) e, finalmente, não só os técnicos, mas também os decisores responsáveis pela prossecução de acções concretas no terreno. Pretende-se que o tipo de intervenção posto em prática na luta contra a pobreza resulte de uma conjugação e coordenação de posições e acções.

Com uma intervenção em rede reforça-se «a ideia de que uma rede extensa e com nós importantes se torna incomensuravelmente mais eficaz do que a mera acção

isolada e pontual no enfrentamento de problemas sociais» (Ruivo: 84). Ou seja, pretende-se uma articulação de esforços entre autarquias, outros organismos públicos, IPSS e sociedade civil num trabalho partilhado, assumindo responsabilidades.

Neste Projecto pretende-se uma regulação horizontal, apelando à co-regulação e participação de várias instituições e redes da sociedade civil local, na qual a autarquia pode sociologicamente, alinhando-se em forma de rede de intervenção, efectuar um forte desempenho no que diz respeito à exclusão e às políticas sociais em geral.

«As redes apresentam-se, pois, como um elemento narrativo fundamental da comunidade, um elemento básico a partir do qual os indivíduos interagem e a própria comunidade se estrutura» (Id. Ibid.: 139).

O Projecto de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social integra objectivos, metas, recursos, envolvendo os parceiros locais no desenvolvimento das acções, contribuindo para o desenvolvimento de um trabalho integrado na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Deste modo, o Projecto de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social integra um conjunto de eixos estratégicos que estabelecem as directrizes e grandes opções estratégicas para o Concelho:

Eixo I - Intervenção Familiar Integrada;
Eixo II - Empregabilidade;
Eixo III - Capacitação Institucional;
Eixo IV - Serviços de Apoio à Família;
Eixo V - Centro de Recursos.

O Eixo da Intervenção Familiar Integrada apresenta-se como o eixo motriz do Projecto, em torno do qual se desenrola a acção.

2.1. Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social – Um Projecto Estruturante

O Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social assume a forma de um projecto estruturante.

No Projecto Estruturante a intervenção assenta na forma de projectos integrados multi dimensionais e multi institucionais que incidem nas problemáticas consideradas, na fase de diagnóstico, prioritárias para o desenvolvimento social.

O projecto estruturante pretende servir de alavanca para um salto qualitativo na intervenção provocando a convergência de respostas e recursos nas problemáticas prioritárias definindo um novo patamar de resposta.

O projecto incide sobre factores críticos – problemas chave – que determinam os impactos estruturais para o desenvolvimento social do concelho.

A dimensão estruturante pretende garantir que no Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social se planeiem e inscrevam as intervenções adequadas à produção de mudanças na estrutura social do concelho, nomeadamente em relação à população em situação de desfavorecimento social.

Os princípios orientadores são a abrangência, multicausalidade, multidimensionalidade das problemáticas que sustentam a transversalidade do projecto e a respectiva integração institucional.

O Projecto de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social de Esposende tem um âmbito de duração de 6 anos e será operacionalizado mediante a execução dos Planos de Acção de carácter anual que executarão os objectivos definidos no presente documento.

Os princípios metodológicos do planeamento são a participação e a negociação inter institucional: as instituições são o centro do processo participativo de planeamento de modo a se apropriarem da visão de mudança produzida e construírem compromissos para a intervenção.

Integração em níveis horizontais de decisão e execução: as instituições participam ao nível técnico na elaboração e construção da intervenção e ao nível da decisão para negociação e disponibilização de recursos e implicação.

2.2. Fundamentação do Projecto

O presente Projecto designa-se por Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social e surge no sentido de contribuir para melhorar a intervenção junto das famílias e dos cidadãos do concelho de Esposende, rentabilizando através de uma articulação efectiva os recursos disponíveis e criando respostas inovadoras para a intervenção.

O Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social tem como objectivo apoiar as famílias e os cidadãos promovendo a sua autonomização, dotando-os de competências pessoais e sociais para o exercício de uma cidadania mais plena, participativa e responsável.

Com este objectivo criam-se condições estruturais para fortalecer a família, reconhecendo-a como elemento fundamental da sociedade, nomeadamente no desenvolvimento e qualificação de intervenções centradas a nível preventivo e reactivo, dirigidas prioritariamente às famílias mais vulneráveis, com vista à melhoria das suas condições de vida.

Trata-se de um projecto de intervenção, que assenta numa lógica integrada e participativa, enquanto processo que se orienta para a criação de condições que favoreçam o progresso social e económico duma comunidade.

Enquadra-se numa perspectiva eco sistémica, partindo do pressuposto de qualquer problemática que um individuo vive, não pode ser isolada dos contextos familiares, sociais, culturais e territoriais em que se inserem.

Seguidamente apresenta-se a justificação de cada eixo de intervenção.

Eixo I - Intervenção Familiar Integrada

O projecto prevê a constituição de uma equipa de intervenção familiar integrada. A complexidade das problemáticas em que se prevê intervir e as estratégias a aplicar, exige uma equipa multidisciplinar que possibilite a realização de diagnósticos individuais e familiares e a concepção e execução de um plano de intervenção adequada para cada caso, de modo a atingir os objectivos planeados.

A intervenção técnica será a nível da qualificação, nível pessoal, nível familiar, nível comunitário, pelo que é através do equilíbrio destes níveis que se poderá obter o sucesso do projecto.

A Intervenção Familiar Integrada resulta de uma necessidade acrescida de prestar um serviço de apoio social que facilite a plena autonomização socioeconómica das famílias no meio envolvente, evitando-se a multiassistência e sobreposições de intervenções. Baseando-se na mudança de valores, atitudes e modos de vida, a autonomização só alcançará resultados positivos com um trabalho continuado, rigoroso e abrangente a nível das várias áreas do social, por isso privilegia-se uma intervenção social e comunitária integrada, motivando a denominada cultura de rede e a multidisciplinaridade.

A equipa multidisciplinar será constituída por técnicos especializados em diferentes áreas de intervenção, no sentido de proporcionar à população em geral e a cada agregado em particular uma vivência quotidiana de qualidade e sempre direccionada para a autonomia, no que concerne à resolução dos seus problemas e à utilização dos recursos, quer individuais quer colectivos.

Trata-se, portanto, de efectivar uma intervenção integrada que dinamize iniciativas, desbloqueie barreiras ao desenvolvimento e que, para além da satisfação das necessidades mais evidentes, contribua para a promoção de um projecto integrado que contribua para o esbatimento de problemas de difícil formulação e resolução, nomeadamente os de natureza sociocultural e sociopsicológica. Os múltiplos problemas que afectam a população, associados às rápidas transformações socioeconómicas, familiares e culturais da sociedade actual, exigem uma dinâmica de reforço e adequação de respostas que propiciem uma melhoria de qualidade de vida.

No acompanhamento dos agregados em geral e de cada indivíduo em particular deverá ser privilegiado sempre o trabalho articulado com as várias instituições existentes (Centro Distrital de Segurança Social, Câmara Municipal de Esposende, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Centro de Saúde, Agrupamentos de Escolas e outras instituições e serviços).

O projecto de intervenção familiar integrado possibilita respostas intermédias de proximidade que garantam respostas personalizadas e integradas às famílias. Os vários actores sociais poderão vir assim a beneficiar de uma relacionamento aberto e transparente onde a partilha de informação e estratégias de actuação assentes na inovação, criatividade, qualidade e responsabilidade social funcionem como motor de desenvolvimento de forma a estruturar mudanças e tomar atitudes que responsabilizem os cidadãos, visando a sua autonomia.

O projecto de intervenção familiar integrada tem como objectivo a integração não do indivíduo em si mas de todo o seu meio familiar, orientando as famílias para a sua autonomização socioeconómica.

Através deste Eixo Motriz de Intervenção pretende-se concretizar as seguintes acções:

- Constituir a equipa multidisciplinar;
- Realizar acções de formação para a qualificação dos técnicos em metodologias de intervenção familiar;
- Elaborar o documento/Protocolo de compromisso/Regulamento com as entidades;
- Criar a plataforma digital social de informação e comunicação.

Eixo II - Empregabilidade

O presente Eixo designa-se por Empregabilidade e surge no sentido de contribuir para melhorar as habilitações, qualificações, competências sociais e profissionais da população do concelho de Esposende, com o objectivo de reforçar a empregabilidade, rentabilizando-se através de uma articulação efectiva dos recursos disponíveis e dos que são necessários criar.

Neste sentido é importante que se crie uma estrutura de apoio ao projecto: o Clube de Empresários. Este Clube deve servir como um espaço de encontro de empresários para promover a análise do tecido empresarial do concelho, a troca de

ideias e a divulgação de programas e de projectos. Este Eixo pressupõe também o levantamento das necessidades formativas, a orientação para resultados de integração dos formandos no mercado de trabalho; o enfoque no público-alvo; o desenvolvimento e envolvimento da equipa do projecto; a aprendizagem e melhoria contínua; o desenvolvimento de parcerias e a responsabilidade pública. A referência pressupõe que se contribua activamente para o desenvolvimento sustentável do concelho, de modo a conciliar a competitividade empresarial com a qualidade de vida e o próprio emprego.

O projecto, prevê estabelecer um Protocolo de Cooperação com o Centro Novas Oportunidades com vista a promover a elevação dos níveis de escolarização da população adulta.

Esta lógica de intervenção centra-se no desenvolvimento de novas competências na população de forma a promover o incremento da empregabilidade e a sua qualidade.

Através deste Eixo, pretende-se atingir os seguintes objectivos:

- Planear, organizar e implementar dois ateliers ocupacionais;
- Constituir uma equipa de intervenção directa no apoio à integração dos trabalhadores/apoio técnico aos empresários;
- Constituir o Clube de Empresários;
- Criar uma Bolsa Social de Emprego;
- Elaborar o Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação;
- Elaborar o Plano de Formação Integrado Concelhio;
- Elaborar um Protocolo de Cooperação com o Centro Novas Oportunidades para a integração da população alvo.

Eixo III - Capacitação Institucional

Na actual conjuntura da vida nacional, as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) aparecem numa lógica intermédia entre o sector público e o sector privado fomentando cada vez mais a partilha de tarefas com a família, e fazendo um enquadramento humano alternativo às pessoas desfavorecidas.

Pelos fins que prosseguem, o Estado reconhece as iniciativas das IPSS e legitima o seu contributo para a prossecução dos fins de segurança social, garantindo o direito às instituições de fundos públicos através dos designados acordos de cooperação.

Os serviços prestados pelas IPSS às famílias e aos grupos sociais mais desfavorecidos são cada vez mais complexos, os indivíduos estão cada vez mais conhecedores dos seus direitos de cidadania. Num quadro de mudanças rápidas que caracterizam a nossa sociedade as IPSS confrontam-se actualmente com novas exigências.

Os desafios que se colocam às IPSS passam pela adopção de modelos de gestão e organização modernos adaptando-se às novas condições socioeconómicas de modo a gerirem bem todos os recursos de que dispõem: humanos, financeiros e físicos. Torna-se necessário que do ponto de vista organizativo estas instituições se profissionalizem e certifiquem os seus serviços, ultrapassando a mera política assistencialista e de simples voluntariado e que se comecem a contratar técnicos especializados nas diversas áreas de actuação que acabam por funcionar não só como um suporte técnico, como também como uma segurança e credibilidade para as instituições.

Convém, no entanto, esclarecer que uma gestão profissionalizada das IPSS não significa de todo uma filosofia desprovida de carácter social, significa sim uma gestão racional com repercussões positivas ao nível da autoprodução de recursos a favor da instituição e de todos os cidadãos que beneficiam dos seus serviços.

Por outro lado, na actual conjuntura as IPSS têm necessidade de se capacitarem e enfrentarem o mercado de forma a gerarem mais valias, para assim prosseguirem os fins sociais no combate à pobreza e à exclusão a que se propõem, de forma a garantir a autonomia da sustentabilidade das suas actividades.

Este Eixo de Intervenção visa:

- Implementar o sistema de gestão da qualidade nas IPSS;
- Elaborar candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES/MTSS);
- Elaborar a Carta Social de localização de equipamentos;
- Criar respostas atípicas para vulnerabilidades sociais específicas;
- Implementar a rede de transporte social;
- Implementar a Unidade Social de Emergência.

Eixo IV - Serviços de Apoio à Família

A base de todo o projecto é o envolvimento das entidades e das parcerias estabelecidas e contratualizadas, que visa uma actuação concertada na prevenção e solução de problemas sociais das famílias. Assim, a partilha de iniciativas e a rentabilização dos recursos são as melhores estratégias para a identificação dos problemas e para a sua resolução de uma forma integrada.

Pretende-se assim que as parcerias funcionem de uma forma simples e desburocratizada, facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas.

Com este Eixo de Intervenção, pretende-se:

- Criar respostas de qualificação habitacional;
- Implementar respostas de realojamento habitacional;
- Implementar um Plano Integrado de Oferta de Ocupação de Tempos Livres/família.

Eixo V - Centro de Recursos

O Centro de Recursos tem como objectivo apoiar as famílias e os cidadãos do concelho de Esposende para um melhor desempenho do seu papel, assim como dotar a população adulta de competências pessoais e sociais, promovendo a sua autonomização.

Com este objectivo criam-se condições estruturais para fortalecer as competências pessoais e sociais, reconhecendo-as como elemento fundamental da sociedade, nomeadamente no desenvolvimento e qualificação de intervenções centradas a nível preventivo e reactivo de exclusão social, dirigidas prioritariamente à população em situação de desfavorecimento social, com vista à melhoria das suas condições de vida e visam prosseguir o objectivo de integração e da coesão social.

Trata-se de um projecto de intervenção, que assenta numa lógica integrada e participativa, enquanto processo que se orienta para a criação de condições que favoreçam o aumento das competências e o acesso à informação e a serviços de suporte, com vista ao desenvolvimento social e económico da comunidade.

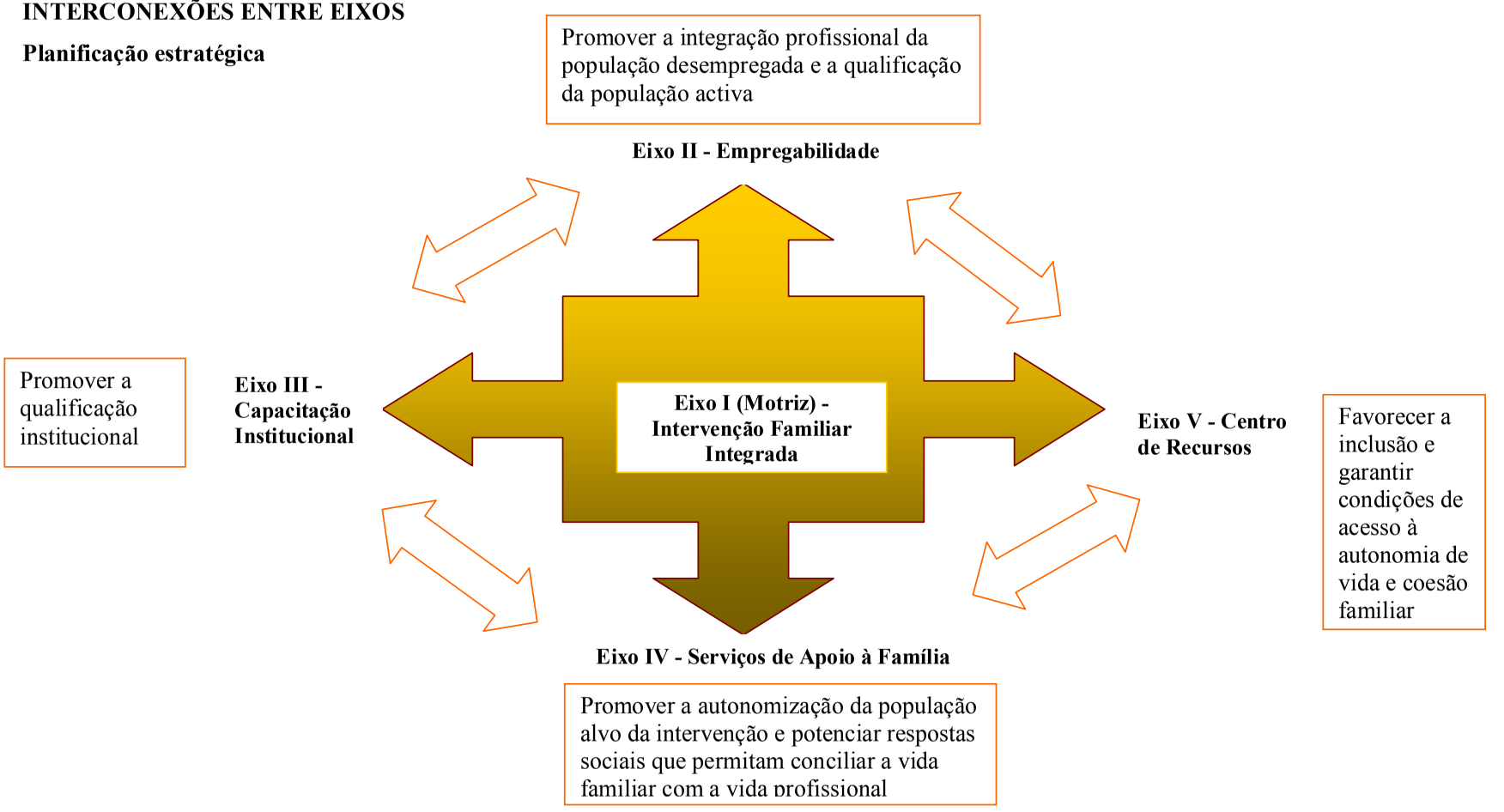
Através deste Eixo de Intervenção, pretende-se concretizar as seguintes acções:

- Criar o Centro de Recursos para a intervenção familiar/estrutura física, equipamentos;
- Implementar os serviços disponibilizados, no âmbito do Centro de Recursos (Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; Apoio jurídico; Educação Parental; Rede de Voluntariado Social; Loja do Cidadão; Observatório Social).

Seguidamente apresenta-se um gráfico com as interconexões entre os eixos do Projecto, e a apresentação da planificação estratégica para cada eixo.

INTERCONEXÕES ENTRE EIXOS

Planificação estratégica



EIXO I – INTERVENÇÃO FAMILIAR INTEGRADA

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções
E1/01 - Até 31 de Dezembro de 2010, o concelho dispõe de uma equipa de intervenção familiar integrada a trabalhar em rede e a utilizar metodologias de intervenção em parceria	E1/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2008, está criada uma equipa multidisciplinar para a intervenção directa no meio natural de vida da família	E1/01.1./A1 - Constituir a equipa multidisciplinar
		E1/01.1./A2 - Realizar acções de formação para a qualificação dos técnicos em metodologias de intervenção familiar
		E1/01.1./A3 - Elaborar o documento/Protocolo de compromisso/Regulamento com as entidades
		E1/01.1./A4 – Criar a plataforma digital social de informação e comunicação

EIXO II – EMPREGABILIDADE

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções
E2/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 15%* dos desempregados geram rendimentos próprios resultantes do seu desempenho profissional (*130 do total de 862)	E2/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2011 estão integrados em actividades ocupacionais/trabalho comunitário, 30%* DLD e 30%** RSI, com idades entre 25-54 anos (*127 do total de 424; ** 29 do total de 96)	E2/01.1./A1 - Planear, organizar e implementar dois ateliers ocupacionais
	E2/01.2. - Até 31 de Dezembro de 2012, 10%* dos desempregados estão integrados no mercado de trabalho (*86 do total de 862)	E2/01.2./A1 - Constituir uma equipa de intervenção directa no apoio à integração dos trabalhadores/apoio técnico aos empresários
	E2/01.3. - Até 31 de Dezembro de 2009 está criado um Clube de Empresários, constituído por um mínimo de 5%* de empresários associados à ACICE (*25 empresas, do total de 500 empresas associadas)	E2/01.3/A1 – Constituir o Clube de Empresários
		E2/01.3./A2 - Criar uma Bolsa Social de Emprego
E2/02 - Até 31 de Dezembro de 2013, 5%* da população adulta activa e 20%** da população desempregada está qualificada (*816 adultos, do total de 16.324 – população economicamente activa; **172 do total de 862 desempregados)	E2/02.1. - Até 31 de Dezembro de 2010, as entidades formadoras, Agrupamentos e Escola Secundária organizam e articulam diversas acções de formação, dirigidas aos diversos públicos	E2/02.1./A1 – Elaborar o Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação
		E2/02.1./A2 - Elaborar o Plano de Formação Integrado Concelhio
	E2/02.2. - Até 31 de Dezembro de 2011, 20% dos desempregados e 5% da população activa está integrada em acções de formação	E2/02.2./A1 – Elaborar um Protocolo de Cooperação com o Centro Novas Oportunidades para a integração da população alvo

EIXO III – CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções
E3/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% das IPSS estão qualificadas a nível da intervenção social para concretizar a autonomia (14 IPSS)	E3/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% das IPSS concelhias estão certificadas	E3/01.1./A1 – Implementar o sistema de gestão da qualidade nas IPSS
E3/02 - Até 31 de Dezembro de 2013, a população dispõe de mecanismos de apoio na conciliação da vida familiar com o trabalho, e dessa forma, a melhoria das condições de empregabilidade	E3/02.1. - Alargar, entre 2008 e 2013, as respostas de serviços de apoio aos idosos, tendo por referência um aumento de 20%, e criar uma Unidade Residencial para pessoas portadoras de deficiência [nº de lugares em lares: 148; lista de espera: 47; nº de lugares Serviço de Apoio Domiciliário: 125; nº de lugares a criar: 30 Lar e 25 SAD]	E3/02.1./A1 - Candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES (MTSS)
		E3/02.1./A2 – Elaborar a Carta Social de localização de equipamentos
		E3/02.1./A3 – Criar respostas atípicas para vulnerabilidades sociais específicas
	E3/02.2. - Até 31 de Dezembro de 2010 está em funcionamento uma rede transportes articulada	E3/02.2./A1 – Implementar a rede de transporte social
	E3/02.3. - Até 31 de Dezembro de 2010 está em funcionamento uma Unidade Social de Emergência	E3/02.3/A1 – Implementar a Unidade Social de Emergência

EIXO IV – SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções
E4/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 60% das famílias sinalizadas na intervenção social têm os suportes familiares que permitem a sua autonomização e funcionalidade (por referência ao RSI: 67 famílias, do total de 111)	E4/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2013, 60% das famílias sinalizadas no levantamento do parque habitacional degradado vivem em melhores condições de habitabilidade (28 habitações, do total de 47)	E4/01.1./A1 – Criar respostas de qualificação habitacional
	E4/01.2. - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% da população com necessidades de habitação, está realojada (76 famílias, do total de 95)	E4/01.2./A1 – Implementar respostas de realojamento habitacional
	E4/01.3. - Até 31 de Dezembro de 2009, está em funcionamento um plano integrado de oferta de ocupação de tempos livres	E4/01.3./A1 – Implementar um Plano Integrado de Oferta de Ocupação de Tempos Livres/ família

EIXO V - CENTRO DE RECURSOS

Objectivo Geral	Objectivos Específicos	Acções
E5/01 - Até 31 de Dezembro de 2013, 100% das famílias alvo de intervenção têm acesso a um Centro de Recursos para favorecer a sua inclusão e garantir condições de acesso à autonomia de vida	E5/01.1. - Até 31.12.2012, está criado o Centro de Recursos para a intervenção familiar com um plano de intervenção integrado	E5/01.1./A1 – Criar o Centro de Recursos para a intervenção familiar – estrutura física, equipamentos
		E5/01.1./A2 – Implementar os serviços disponibilizados, no âmbito do Centro de Recursos.

Capítulo III. Planeamento operacional / Operacionalização do Projecto

3.1. Plano de Acção para 2008

O Plano de Acção para o ano de 2008 é uma proposta de intervenção, com a identificação de forma exaustiva das actividades previstas para esse ano, referentes aos Eixos, carta de funções e cronograma de execução.

Eixo I – Intervenção Familiar Integrada/Plano de Acção

ACTIVIDADE	ACÇÃO	DATA	COORDENAÇÃO	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO	PARCERIAS SUPORTE
Equipa de intervenção familiar integrada	• Candidatura ao Eixo 3 do QREN do Projecto de Luta Contra a Pobreza; • Constituição da equipa de intervenção familiar (selecção, convite e formalização), contratualizada com as entidades parceiras; • Constituição de um grupo de trabalho para a definição de procedimentos e recursos partilhados; • Definição do modelo de tipologias de intervenção; • Definição do perfil e competências do coordenador do processo.	Até Setembro	- Câmara Municipal de Esposende	- Câmara Municipal de Esposende; - UNIVA/Unidade de Inserção na Vida Activa; - Segurança Social; - Associação Esposende Solidário; - Centro de Saúde; - Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Esposende; - Agrupamento de Escolas de Apúlia; - Centro Social Juventude de Belinho; - Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia.	- Entidade Externa; - Câmara Municipal de Esposende.	- Centro Paroquial e Social de Vila Chã; - Gabinete de Apoio à Família; - Universidade do Minho; - Tribunal de Esposende; - Agrupamentos de Escolas; - Centro de Formação da Associação de Escolas.
Formação para a qualificação dos técnicos	• Acção de formação com 5 dias de duração para capacitação em metodologia de intervenção familiar.					
Protocolo de compromisso / Regulamento com as entidades do Projecto	• Equipa para a elaboração de Proposta de Protocolo e Regulamento.					
Plataforma digital de informação e comunicação social partilhada on-line	• Contratação de serviços para o desenvolvimento de software específico; • Criação de uma plataforma de informação; • Assinatura pelos técnicos do termo de responsabilidade da protecção dos dados.					

Eixo II – Empregabilidade/Plano de Acção

ACTIVIDADE	ACÇÃO	DATA	COORDENAÇÃO	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO	PARCERIAS SUPORTE
Abertura de dois ateliers ocupacionais	• Definição das entidades de suporte para a implementação de dois ateliers ocupacionais; • Estabelecimento de protocolos de parcerias; • Definição do Modelo de Intervenção que define áreas de intervenção: 1) Área de transição para a inserção social (alcoólicos, toxicodependentes e perturbações mentais); 2) Área da empregabilidade/planos de intervenção para as pessoas integradas; • Elaboração do Plano de Acção para a organização dos serviços prestados; • Contratualização com as pessoas/instituições para a integração das pessoas; • Elaboração do Regulamento (com as regras de funcionamento, direitos e deveres dos utilizadores)	Até Dezembro	- Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Zendensino.	- Câmara Municipal de Esposende; - UNIVA/Unidade de Inserção na Vida Activa; - Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende; - Instituto do Emprego e Formação Profissional; - Zendensino; - Associação Esposende Solidário.	- Entidade Externa; - Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende.	IDITE Minho; CERCI Fafe; APACI; BIC Minho; ANJE.
Equipa de intervenção directa no apoio à integração dos trabalhadores / apoio técnico aos empresários	• Elaboração de instrumentos de recolha e sistematização de informação; • Organização da semana aberta: - contacto com as empresas a visitar; - elaboração do Plano de Acção para a semana; - contacto com a população em situação de desemprego e agendamento das visitas; - organização de grupos para as visitas às empresas. • Aplicação assistida de técnicas de procura de emprego: simulação de técnicas de procura de emprego com grupos restritos; • Definição do Plano de iniciativa pessoal para o emprego.					
Constituição do clube de empresários	• Contacto com os empresários; • Organização de debates com grupos restritos de empresários, por sector de actividade; • Mediação com o tecido empresarial para a realização de estágios integrados: estabelecimento de Protocolos de Cooperação com as empresas para a realização de estágios.					
Bolsa Social de Emprego	• Contratação de serviços para o desenvolvimento de software específico; • Criação de uma plataforma digital de informação; • Elaboração de estudo sobre o Perfil de avaliação de necessidade/resposta.					
Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação	• Elaboração dos instrumentos de recolha de informação; • Contactar os empresários para a recolha da informação junto dos próprios e da população activa. • Tratamento da informação; • Elaboração do relatório de diagnóstico de necessidades de formação					
Plano de Formação Integrado Concelhio	• Recolha e sistematização da informação (Planos de Formação); • Análise da sequencialidade dos percursos formativos; • Elaboração do Plano de Formação; • Publicação do Plano de Formação Integrado Concelhio.					
Protocolo de cooperação com o Centro Novas Oportunidades	• Elaboração de Protocolo com o CNO: - encaminhamento para Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências; - Cursos EFA, de acordo com o diagnóstico do percurso formativo do adulto					

Eixo III - Capacitação Institucional/Plano de Acção

ACTIVIDADE	ACÇÃO	DATA	COORDENAÇÃO	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO	PARCERIAS SUPORTE
Implementar sistema de gestão da qualidade nas IPSS	• Constituição de um grupo de trabalho técnico interinstitucional; • Validação do desempenho técnico na implementação do processo da qualidade; • Implementação das normas de qualidade das condições de higiene, segurança alimentar (HACCP); • realização de acção de formação especializada para dirigentes/técnicos e outros colaboradores; • elaboração de candidatura a programa de financiamento.	Até Dezembro	- Segurança Social ; - Santa Casa da Misericórdia de Esposende; - Associação de Defesa e Desenvolvimento e Promoção do Centro Infantil da Escola António Correia de Oliveira.	- Instituições Particulares de Solidariedade Social; - Zendensino; - Câmara Municipal de Esposende.	- Entidade externa; - UIPSS; - Segurança Social.	IPSS Rede Social de Vila Nova de Famalicão Associação Engenho Centro de Formação da Associação de Escolas
Candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES (MTSS)	• Elaboração de candidaturas: unidade residencial para portadores de deficiência, lar de idosos e serviço de apoio domiciliário; • Aplicação dos instrumentos da segurança social (grelha de critérios) • Realização de workshop temático sobre critérios/elaboração de candidaturas					
Carta Social de localização de equipamentos	• Diagnóstico da oferta de respostas e equipamentos sociais e respectivas instituições; • Grupo de trabalho para a elaboração de proposta de localização de equipamentos a criar no concelho; • Aplicação do SIG na projecção territorial dos equipamentos sociais existentes e a criar; • Validação do CLAS.					
Respostas atípicas para vulnerabilidades sociais especificas	• Adaptação de recursos existentes como resposta de acolhimento de idosos e outras pessoas dependentes durante períodos de férias e fins-de-semana;					
Rede de transporte social	• Diagnóstico dos recursos de todas as instituições e sua utilização; • Elaboração de escalas de utilização e definição de circuitos; • Estabelecimento de parcerias e protocolos de cooperação na rede; • Protocolo de utilização do passe social para idosos; • Gestão de frota com centro de apoio logístico partilhado para a manutenção e utilização.					
Unidade de intervenção social de emergência	• Disponibilização de uma habitação e um Regulamento de Utilização; • Aquisição de um fogo; • Criação de um fundo de maneio e Regulamento de Utilização.					

Eixo IV – Serviços de Apoio à Família/Plano de Acção

ACTIVIDADE	ACÇÃO	DATA	COORDENAÇÃO	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO	PARCERIAS SUPORTE
Respostas de qualificação habitacional	• Regulamento com a definição de apoios e critérios de atribuição; • Contacto com empresários do ramo da construção civil e realização de acções de sensibilização para o projecto; • Estabelecimento de Acordos de parceria com empresas; • Elaboração de projectos para as obras de recuperação/beneficiação de habitações degradadas; • Isenção das taxas de licenciamento; • Comparticipação na aquisição de materiais de construção; • Comparticipação na aquisição de serviços de mão-de-obra.	Até Novembro	- Câmara Municipal de Esposende; - Associação Esposende Solidário	- Instituições Particulares de Solidariedade Social; - Câmara Municipal de Esposende.	- Entidade externa - Instituições Particulares de Solidariedade Social; - Universidade do Minho/Unidade de Educação de Adultos	Fundação Lar Santo António; Instituto Português da Juventude; Centro Social e Paroquial de Fonte Boa; Centro de Formação da Associação de Escolas.
Respostas de realojamento habitacional	• Concretização do Prohabita e outros programas; • Realização de acções de sensibilização pré-realojamento.					
Plano integrado de oferta de ocupação de tempos livres / família	• Elaboração do Diagnóstico das necessidades de tempos livres/educação não-formal e da oferta existente; • Elaboração de Plano de Intervenção com o diagnóstico dos recursos a potenciar; • Protocolos de cooperação para o planeamento integrado da oferta de ocupação de tempos livres.					

Eixo V - Centro de Recursos/Plano de Acção

ACTIVIDADE	ACÇÃO	DATA	COORDENAÇÃO	EXECUÇÃO	AVALIAÇÃO	PARCERIAS SUPORTE
Centro de Recursos para a intervenção familiar – estrutura física, equipamentos	• Definir projecto do equipamento a disponibilizar: elaboração do pré-projecto; elaboração do projecto de edificação; elaboração do projecto de equipamento; • Diagnóstico de localização; • Candidatura ao financiamento; • Adjudicação da empreitada (elaboração dos cadernos de encargos; convite às entidades promotoras; abertura de concurso; contrato de adjudicação da gestão); • Adjudicação de aquisição de equipamento; • Remodelação/adaptação e equipamento das instalações; • Definição e contratualização do modelo de gestão partilhado.	Até Novembro	- Associação Cultural, Artística e Recreativa de Forjães; - Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia.	- Câmara Municipal de Esposende; - Zendensino; - Instituto do Emprego e Formação Profissional.	- Entidade externa; - Universidade do Minho; - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – Complexo de Esposende	Banco Nacional de Voluntariado; Segurança Social; Centro de Formação da Associação de Escolas; Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Marinhas.
Centro de Recursos para a intervenção familiar - serviços disponibilizados	• Organização dos serviços com definição de organigrama, normas e procedimentos; • Elaboração do Manual de procedimentos por serviço; - Serviços a criar: . Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; . Apoio jurídico; . Educação Parental; . Rede de voluntariado social; . Loja do Cidadão; . Observatório Social.					

3.2. Carta de funções (Funções: C. – Coordenação; E. – Execução; A. – Avaliação; P. – Parceria de Suporte)

Entidade / Funções	Eixo I – Int. Fam. Int				Eixo II – Empregab.				Eixo III – Cap. Inst.				Eixo IV – S. A. F.				Eixo V – Centro Rec.			
	C.	E.	A.	P.	C.	E.	A.	P.	C.	E.	A.	P.	C.	E.	A.	P.	C.	E.	A.	P.
Agrupamento de Escolas de Apúlia		■																		
Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende (ACICE)						■	■													
Associação Cultural, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF)										■				■	■		■			
Ass. Defesa e Desen. Promoção do Centro Infantil da Esc. A. C. Oliveira (ASSINJEPE)									■	■				■	■					
Associação Esposende Solidário		■				■				■			■	■	■					
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)										■				■	■				■	
Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA)		■								■				■	■		■			
Câmara Municipal de Esposende	■	■	■			■				■			■	■				■		
Centro de Formação da Associação de Escolas (CFAE)				■								■				■				
Centro de Saúde de Esposende		■																		
Centro de Solidariedade Social de Gemeses										■				■	■					
Centro Distrital de Segurança Social		■							■		■									■
Centro Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro										■				■	■					
Centro Paroquial e Social de Vila Chã				■						■				■	■					
Centro Social da Juventude Unida de Marinhas (JUM)										■				■	■					
Centro Social da Paróquia de Curvos										■				■	■					
Centro Social e Cultural de Gandra										■				■	■					
Centro Social e Paroquial de Fonte Boa										■				■	■	■				
Centro Social Juventude de Belinho		■								■				■	■					
Centro Social Juventude de Mar										■				■	■					
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens																				
Fundação Lar Santo António										■						■				
Grupo Acção de Solidariedade Social de Antas (GRASSA)										■										
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)		■			■	■												■		
Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção		■																		
Santa Casa da Misericórdia de Fão										■				■	■					
Santa Casa da Misericórdia Esposende									■	■				■	■					
Zendensino - Cooperativa de Ensino IPRL					■	■				■								■		
Gabinete de Apoio à Família				■																
Universidade do Minho				■															■	
Tribunal de Esposende				■																
Agrupamentos de Escolas				■																
UNIVA/Unidade de Inserção na Vida Activa		■				■														
IDITE Minho; CERCI Fafe; APACI; BIC Minho; ANJE								■												
UIPSS											■									
Rede Social de Vila Nova de Famalicão; Associação Engenho												■								
Instituto Português da Juventude																■				
Banco Nacional de Voluntariado																■				■
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Esposende		■																		
Cruz Vermelha Portuguesa – Núcleo de Marinhas																				■

3.3. Cronograma anual das acções por Eixo

Eixo I – Intervenção Familiar Integrada

Actividades/Intervenção	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
E1/01.1./A1 – Equipa de intervenção familiar integrada												
E1/01.1./A2 – Formação para a qualificação dos técnicos												
E1/01.1./A3 - Protocolo de compromisso / Regulamento com as entidades do Projecto												
E1/01.1./A4 – Plataforma digital de informação e comunicação social												

Eixo II – Empregabilidade

Actividades/Intervenção	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
E2/01.1./A1 - Implementação de dois ateliers ocupacionais												
E2/01.2./A1 - Equipa de intervenção directa no apoio à integração dos trabalhadores / apoio técnico aos empresários												
E2/01.3./A1 - Constituição e funcionamento do Clube de Empresários												
E2/01.3./A2 - Bolsa Social de Emprego												
E2/02.1./A1 - Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação												
E2/02.1./A2 - Plano de Formação Integrado Concelhio												
E2/02.2./A1 - Protocolo de cooperação com o C.N.O. para integração da população alvo												

Eixo III - Capacitação Institucional

Actividades/Intervenção	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
E3/01.1./A1 – Implementar sistema de gestão da qualidade nas IPSS												
E3/02.1./A2 - Carta Social de localização de equipamentos												
E3/02.1./A3 - Respostas atípicas para vulnerabilidades sociais especificas												
E3/02.2./A1 - Rede de transporte social												
E3/02.3./A1 - Unidade de intervenção social de emergência												

Eixo IV – Serviços de Apoio à Família

Actividades/Intervenção	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
E4/01.1./A1 – Respostas de qualificação habitacional												
E4/01.2./A1 – respostas de realojamento habitacional												
E4/01.3./A1 - Plano integrado de oferta de ocupação de tempos livres / família												

Eixo V - Centro de Recursos

Actividades/Intervenção	2008		2009		2010		2011		2012		2013	
	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º	1º	2º
E5/01.1./A1 – Centro de Recursos para a intervenção familiar – estrutura física, equipamentos												
E5/01.1./A2 – Centro de Recursos para a intervenção familiar - serviços disponibilizados												

Capítulo IV. Modelo de Gestão e Articulação dos Parceiros

O modelo de articulação e cooperação estipula o dispositivo para a operacionalização do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social.

O Núcleo Executivo da Rede Social é o grupo técnico dinamizador da Rede Social e tem por objecto a dinamização desta parceria alargada, através da formação, da aprendizagem e do acompanhamento das diversas funções e competências mobilizadas na Rede Social, bem como a sua monitorização (Artigo 19º do Regulamento Interno do CLAS).

Deste modo, o Núcleo Executivo do CLAS deverá desempenhar um papel central na monitorização do Projecto. Caberá, assim, ao Núcleo Executivo:

• Manter a coesão interna do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social;

• Verificar a implementação das acções;

• Promover uma articulação entre os vários eixos de intervenção e as acções;

• Dar visibilidade à forma como o Projecto está a ser concretizado;

• Analisar os relatórios de acompanhamento e avaliação para serem submetidos ao CLAS;

• Replanear as estratégias quando se verifiquem constrangimentos para a sua prossecução.

Trabalhar em rede implica a definição de espaços e momentos de encontro e de articulação entre as diferentes entidades, por forma a promover a coordenação das intervenções, potenciar a cooperação inter-sectorial, procurar soluções em conjunto e potenciar os recursos locais e institucionais.

Este Projecto integra assim um Modelo de Articulação e de Integração, definido como um ponto de encontro dos agentes sociais, prevendo a realização de acções específicas quer ao nível da articulação, quer ao nível da integração.

Mecanismos de articulação

As acções de articulação têm como objectivos:

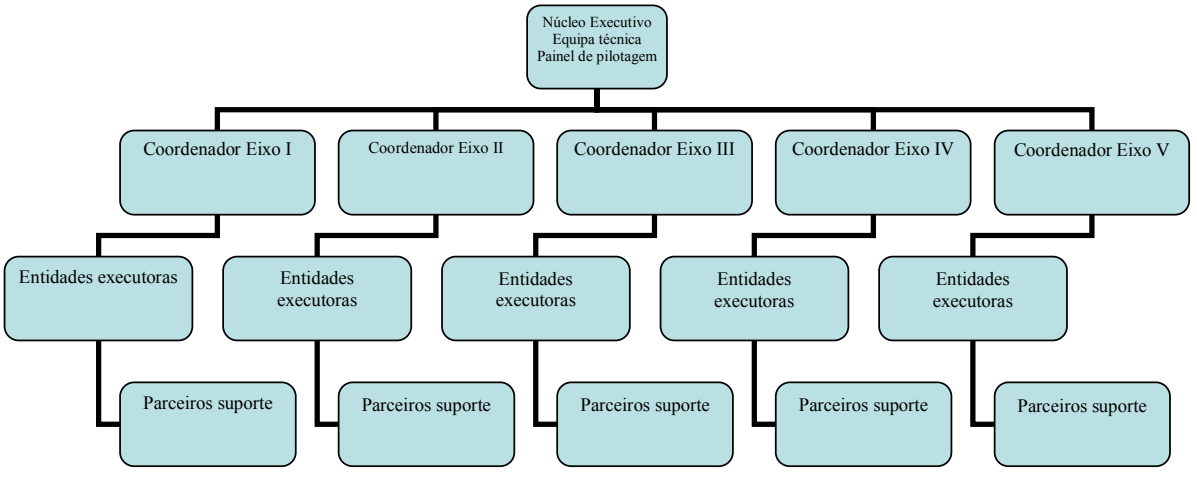
- Definir abordagens integradas e estruturantes da realidade social e da possível intervenção nesta;
- Partilhar informação sobre as actividades, medidas e projectos que operam no local, principalmente das entidades que intervém no mesmo domínio;
- Entrecruzar iniciativas em áreas de actuação comuns, com vista à rentabilização dos meios;
- Evitar a sobreposição dos serviços, das competências e funções dos técnicos;
- Procurar um modelo de intervenção que defina claramente, cada vez mais, as funções de cada serviço (tendo em vista a especialização), principalmente dos que dão apoio aos mesmos beneficiários;
- Planear, implementar e avaliar as intervenções, em conjunto.

Metodologia de articulação

- O Núcleo Executivo é o grupo de controle e de monitorização do Projecto.
- Ao painel de pilotagem do Projecto compete supervisionar e reflectir sobre as metodologias de avaliação, concepção, planeamento e implementação do Projecto. Este painel será constituído por entidades a designar.
- Cada Eixo Estratégico do Projecto terá um coordenador.
- A Equipa Técnica, pode ser activada pelo Núcleo Executivo, para produzir e sistematizar informação e conhecimento de apoio às actividades de avaliação e planeamento do Projecto.
- Compete à equipa técnica acompanhar todas as fases de execução das acções.
- As instituições deverão contratualizar um Protocolo de Parceria, no âmbito do Projecto, com as actividades que se comprometem a desenvolver, o interlocutor técnico para o Projecto e os recursos disponibilizados.

- Para assegurar a articulação do Projecto com os Planos de Acção anuais, o Núcleo Executivo pode reunir os diversos interlocutores técnicos das instituições e fomentar momentos de partilha de informação e de reflexão sobre a acção.

Organograma de articulação



Os Eixos estruturantes do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social têm como actividade comum a elaboração de um Protocolo de Parceria, a anexar a cada um dos Eixos, cujos parceiros se comprometem na execução das actividades/acções delineadas nos respectivos planos de acção.

Articulação Inter – Serviços de Acção Social

No âmbito do primeiro Eixo de Intervenção Familiar Integrada serão realizadas reuniões periódicas, a definir, para o planeamento e avaliação da intervenção social, com articulação entre os técnicos que estão na intervenção social directa, nomeadamente:

- Câmara Municipal de Esposende;
- Comissão Local de Acompanhamento/Núcleo Local de Inserção;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;
- Conselho Local de Acção Social/Núcleo Executivo;

- Segurança Social;
- Serviços de Atendimento de Acção Social.

Resultados:

• Aumento dos recursos disponíveis;
• Racionalização e optimização de meios;
• Transversalidade estratégica;
• Qualidade dos projectos e candidaturas;
• Nível de articulação e complementaridade;
• Integração das intervenções;
• Projectos estruturantes;
• Abordagem sistémica da intervenção;
• Coerência global da intervenção;
• Suportes e linguagens comuns na abordagem dos problemas.

Entidade Promotora:

• Núcleo Executivo da Rede Social;
• Câmara Municipal de Esposende.

Periodicidade:

• A definir.

Metodologia:

• Constituição de um núcleo técnico que inclui técnicos com intervenção social directa;
• Preparação de propostas de acção e diagnóstico conjunto;
• Planeamento e avaliação da acção a partir das propostas técnicas.

Articulação das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) concelhias

- Reunião com periodicidade a definir, dos Técnicos Superiores das IPSS do concelho.

Resultados:

• Articulação das actividades das instituições;
• Informação estratégica partilhada;
• Planos de actividades partilhados participados.

Entidade Promotora:

• A designar

Periodicidade:

• A definir

Metodologia:

• Constituição de um núcleo técnico preparatório;

• Avaliação das respostas prestadas;

• Workshops das IPSS para apreciação e validação das propostas e recomendações.

Capítulo V. Monitorização, Acompanhamento e Avaliação

> "Pensar uma intervenção eficaz e esclarecida no/para o Desenvolvimento Local passa por conceber e implementar procedimentos de avaliação que se traduzam não só num balanço da acção desenvolvida, mas se transformem igualmente num processo colectivo de aprendizagem contínua e na procura de uma optimização quantitativa e qualitativa das intervenções."
>
> (Monteiro, 1996:139)

A Rede Social do concelho de Esposende com base em metodologias participativas mobilizou um conjunto de parceiros e instituições que convergiram na elaboração do presente Projecto, que se pretende que institua uma prática integrada e participada de planeamento. Esta intenção só será viável se após a fase de planeamento se mantiver uma implicação dos parceiros no processo de implementação do Projecto, pela participação no processo de execução e de avaliação.

O Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social funciona como o instrumento de trabalho que direcciona estrategicamente a intervenção e a sua implementação pressupõe um dispositivo de acompanhamento, monitorização, gestão e avaliação. Este dispositivo tem o objectivo de dinamizar a execução do plano, de o adaptar às novas realidades institucionais e de implicar de maneira activa os parceiros, corresponsabilizando-os nas actividades a executar e nas decisões sobre a implementação e avaliação do plano.

Desta forma, é necessário um esforço de acompanhamento próximo e constante. A organização do Projecto em cinco eixos possibilita uma prática de avaliação contínua e muito próxima da implementação que sirva de factor corrector e orientador ou mesmo transformador dos próprios projectos e intervenções nele contidas.

Este acompanhamento e avaliação exige disponibilidade técnica e um plano de trabalho definido e contratualizado entre os parceiros para a sua implementação responsabilizando-os nas actividades a executar e nas decisões sobre a implementação e avaliação.

A avaliação da rede social é fundamental para gerar a capacidade de activação da rede como mecanismo de orientação da intervenção social do concelho replaneando as intervenções, direccionando-as para novas necessidades e objectivos.

O Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social implica processos activos de controlo e qualificação focalizando os parceiros num instrumento comum de trabalho que sirva de fio condutor à intervenção em rede. Este processo de acompanhamento, monitorização, avaliação e gestão pressupõe a identificação de recursos técnicos especializados entre os parceiros, a sua disponibilização nos momentos chave de decisão e um conjunto de processos técnicos padronizados.

O desenvolvimento das organizações do concelho é um dos factores essenciais da rede social e dos processos de desenvolvimento social, de modo a potenciar perspectivas inovadoras, novos modelos de intervenção e capacitação técnica. A avaliação deve orientar-se para identificar e objectivar oportunidades de desenvolvimento organizacional e institucional. Funciona como processo de aprendizagem e incorporação do conhecimento produzido na intervenção qualificando as organizações e os interventores do concelho.

É fundamental o apoio metodológico da avaliação na sistematização das práticas e sua estruturação orientada para identificar resultados, impactos e efeitos reconhecíveis.

A avaliação permite uma consciência pelas organizações das potencialidades e constrangimentos das respostas implementadas e da dimensão de inovação necessária.

Também o carácter fortemente experimental das actividades a desenvolver no âmbito dos Eixos implica uma prática de avaliação incorporada na lógica de implementação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social que sirva de factor corrector reorientador ou mesmo transformador das práticas. A dimensão prática e metodológica da avaliação é fundamental para a construção do dispositivo documental e instrumental sobre a qual se possam processar as reflexões, as aprendizagens, identificação de resultados, efeitos e impactos.

A avaliação procura capacitar as organizações parceiras de instrumentos de integração e adaptação de modo a evitar intervenções dispersivas e sem impacto no território. As oportunidades geradas pela rede social de integração de novos projectos e intervenções apela para a capacidade de explorar e potenciar as intervenções já existentes e evitar as sobreposições criando complementaridades e sinergias.

O concelho de Esposende através da avaliação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social pode desenvolver um conjunto de competências de avaliação nas suas instituições que institua uma cultura concelhia de avaliação decisiva na qualidade e eficiência da intervenção e desenvolvimento social do seu território.

A avaliação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social decorrerá de acordo com o modelo de Avaliação em Rede Organizacional (ARO) em seguida explicitado:

Avaliação em Redes Organizacionais – ARO

Modelo de Avaliação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, no âmbito da Rede Social

Avaliação no contexto de intervenção em rede

A intervenção social em rede é um espaço de interacção pouco regulado e direccionado onde os parceiros estabelecem os seus objectivos num ambiente negocial marcado pela proximidade, relação e partilha de interesses muitas vezes concorrenciais.

Tipologia de Avaliação

O modelo de avaliação da rede organizacional é a avaliação participativa - processo de auto avaliação apoiado e orientado metodologicamente. Pretende-se a mobilização activa e distribuição de responsabilidades pelos parceiros. As tarefas da

avaliação devem ser organizadas e distribuídas por todos os patamares da rede com a aplicação de instrumentos e suportes técnicos adequados à sua especificidade.

Enquadramento temporal da Avaliação

A avaliação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social deve ser

Contínua - baseada na avaliação da informação produzida pelo sistema de monitorização com o objectivo de identificar desvios entre o previsto e o realizado que possam ameaçar o trabalho ou potenciá-lo com novas oportunidades.

Intermédia - centrada no ciclo dos projectos estruturantes ou de momentos significativos no processo de construção da rede, tendo o objectivo de reenquadrar a intervenção e replanear a intervenção em rede.

Final - no término da vigência do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social deve ser efectuada a avaliação final centrada nos resultados, efeitos da intervenção e respectivos impactos. Esta avaliação será sobretudo orientadora das etapas seguintes da intervenção identificando as boas práticas, as novas necessidades e as mudanças produzidas.

Participantes

A avaliação deverá implicar e envolver todos os parceiros da rede implicados directamente no Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social de modo a gerar consensos sobre as aprendizagens e novas orientações a definir. Esta participação pretende garantir que se construam novos compromissos para a acção e para a mudança. A avaliação deve ser conduzida pelo núcleo executivo da rede e operacionalizada por essa estrutura, em articulação com os coordenadores de cada Eixo estruturante do Projecto, na posição de suporte metodológico. As modalidades de participação dos parceiros na avaliação devem ser definidas a partir do seu enquadramento organizacional no Projecto: entidades coordenadora, executora ou parceiro suporte do projecto.

Pressupostos organizacionais para a avaliação

· Clima de transparência e partilha de informação;

· Compromisso claro para a incorporação das conclusões da avaliação;

· Identificação e legitimação dos responsáveis pela avaliação;

· Integração das actividades da avaliação nos planos de acção das organizações e da rede social;

· Contrato prévio sobre os instrumentos, metodologia e objectivos da avaliação.

Áreas de incidência da avaliação

A avaliação em rede organizacional (ARO) focaliza a sua incidência em três dimensões de análise:

1 - Avaliação da arquitectura organizacional da Rede

Nesta dimensão são considerados os seguintes indicadores chave:

Indicadores inter organizacionais

· Níveis de partilha e acesso a informação relevante;

· Articulação e integração das intervenções;

· Níveis de parceria e contratualização;

· Projectos integrados inter organizações;

· Desenho das parcerias e grupos de organizações;

· Interfaces e interacções organizacionais.

Indicadores de desenvolvimento organizacional

· Capacitação técnica e institucional;

· Níveis de integração técnica e metodológica;

· Níveis de produção e partilha de conhecimento;

· Integração de novos grupos e redes.

2 - Avaliação da intervenção em rede

Nesta dimensão a avaliação é centrada no processo, na intervenção dos parceiros e na execução das actividades previstas mas também na aferição da relevância e pertinência dos objectivos tal como foram traçados no âmbito do Projecto.

Indicadores de resultado

(Verificados nas Matrizes de Enquadramento Lógico dos Eixos estruturantes do Projecto)

· Respostas, Produtos, Serviços

· Metodologias

· Integração e partilha de recursos

· Qualidade das respostas aos utentes

Indicadores de efeito / das intervenções incluídas no Projecto

· Sustentabilidade

· Qualidade das respostas

· Empowerment

· Igualdade de oportunidades

· Empregabilidade

· Dinâmica empresarial

· Direitos de cidadania

· Inovação social organizacional

· Proximidade e acessibilidade social

· Equidade territorial das respostas sociais

Indicadores de Impacto

· Quadro estatístico do pré diagnóstico/diagnóstico

· Referencial de desenvolvimento social do concelho

3 - Avaliação estratégica

Nesta dimensão a avaliação é centrada na construção e clarificação de orientações estratégicas da intervenção social, na definição e consenso sobre as prioridades emergentes e novas abordagens e redefinição contratual das redes e parcerias de intervenção.

Indicadores estratégicos

· Visão estratégica de desenvolvimento social

· Modelos de intervenção

· Orientações e perspectivas de intervenção

· Opções estratégicas de organização e funcionamento em rede

Plano de Avaliação

Objectivos da avaliação do Projecto

- alcançados em 2013 com a avaliação final

1 Oportunidades de intervenção integrada das organizações e complementaridade das respostas identificadas e operacionalizadas

2 Desenvolvimento social do concelho é mensurável

3 Organizações incorporam a auto avaliação como prática de parceria

5 Competências de avaliação acessíveis às organizações no concelho

6 Rede social faz a avaliação "on going" e final participada da sua intervenção

7. Os resultados da avaliação são divulgados e apropriados pelos parceiros

Passo a passo da avaliação em rede organizacional

1 Os indicadores de impacto são referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;

2 Definidos os sistemas de registo e verificação da informação;

3 Os técnicos responsáveis pela activação da avaliação nas organizações estão identificados e formados;

4 Os indicadores de input e output estão referenciados e operacionalizados pelos projectos e intervenções;

5 O planeamento operacional da avaliação de input e output está definido e contratualizado;

6 Está definido o modelo de relatório de avaliação;

7 O sistema de feed back está definido e contratualizado;

8 Os destinatários da avaliação estão identificados.

Metodologia de implementação

· Acompanhamento das reuniões do núcleo executivo, dos grupos por Eixo estruturante e do CLAS

· Acompanhamento e avaliação dos eixos estruturantes do Projecto

· Elaboração dos relatórios periódicos de avaliação com a informação sistematizada

· Elaboração de relatórios de acompanhamento com sugestões de melhoria

· Moderação e facilitação de workshops de avaliação do projectos e intervenções em curso

· Divulgação dos resultados em seminários temáticos

· Avaliação e auto avaliação da participação na rede social

· Apresentação de resultados em CLAS com recomendações activas de melhoria

· Propostas metodológicas e técnicas para a implicação dos parceiros na rede

· Avaliação dos resultados do sistema de monitorização

· Integração no sistema de informação do conhecimento produzido na avaliação

· Apresentação em seminário da avaliação de impactos e do desenvolvimento social do concelho

Responsabilidade técnica

Equipa técnica da avaliação/Núcleo Executivo

Constituição da parceria de suporte

Parceiros que participaram nos workshops do Planeamento

Princípios orientadores da equipa de avaliação/externa

- define os termos de referência da avaliação
- prepara e organiza o processo de avaliação
- assegura a logística da avaliação
- elabora o plano de avaliação – (definidas responsabilidades técnicas pelos parceiros)
- assegura a execução do relatório de avaliação

Sistema de feed back

A devolução aos parceiros e organizações é fundamental no sistema de avaliação.

Momentos previstos para a análise e reflexão sobre os resultados da avaliação:

- Núcleo executivo
- Reuniões das equipas de cada Eixo do Projecto

5.1. Plano de Acção da Avaliação

Acção	Cronograma	Responsável	Parceiros	Recursos
Aprovação do modelo de avaliação	A definir	Entidade Extena/Equipa técnica de apoio à rede	Núcleo executivo da rede	Projecto de Luta Contra a Pobreza*
Definição e constituição da equipa responsável pela avaliação e da equipa de suporte à avaliação	A definir	Entidade Extena/Equipa técnica de apoio à rede	Núcleo executivo da rede	Projecto de Luta Contra a Pobreza Modelo de avaliação
Adopção dos instrumentos de recolha e sistematização da informação da Segurança Social	A definir	Entidade Extena/Equipa técnica da avaliação	Núcleo executivo da rede social	Projecto de Luta Contra a Pobreza Modelo de avaliação
Realização de reuniões com os coordenadores dos Eixos e a equipa responsável pela avaliação para a sistematização da informação e avaliação qualitativa/momentos de análise partilhada dos indicadores chave de desenvolvimento social do concelho	A definir	Entidade Extena/Equipa de avaliação	Projecto de Luta Contra a Pobreza Núcleo executivo da rede social	Consultor
Elaboração do Relatório de Avaliação	A definir	Entidade Extena/Equipa de avaliação	Projectos e intervenções do concelho Núcleo executivo da rede social	Documentos de avaliação de outros concelhos
Apresentação do relatório e avaliação no CLAS	A definir	Entidade Extena/Equipa de avaliação	Parceiros da rede	Metodologia standard de relatório
Introdução do relatório de avaliação no site da rede	A definir	Entidade Extena/Equipa técnica da rede social	Equipa de avaliação	Site da rede

* Em anexo apresenta-se documento com a criação de suportes referenciais de sistematização da informação/ Sistema de monitorização e avaliação – Painel de Indicadores.

Capítulo VI. Divulgação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social

O presente documento será divulgado a todas as instituições do concelho e à comunidade em geral, servindo assim, os objectivos da divulgação e da visibilidade.

Pretende-se também com esta acção, chamar a atenção para as questões da pobreza e da exclusão social e para a mobilização e participação de todos, nas intervenções a realizar no concelho.

De salientar que deverá haver uma Contratualização Institucional do Projecto, nomeadamente através de:

- Reuniões Sectoriais com Responsáveis Institucionais, para a apresentação e validação do Projecto;
- Compromisso e responsabilização pela Implementação do Projecto.

Plano de Divulgação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social de Esposende

- Entrega do documento e divulgação ao CLAS;
- Elaboração e divulgação de Notas de Imprensa em Jornal local;
- Sessão Pública de Apresentação do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social;
- Divulgação num site a criar, da Rede Social de Esposende e com possibilidade de download;
- Actualização anual e divulgação do Guia de Recursos para o Desenvolvimento Social do Concelho de Esposende.

Entidade Responsável

- Núcleo Executivo da Rede Social.

Anexos

Metodologia

Para a elaboração do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, recorreu-se ao apoio de um consultor externo que orientou a construção do trabalho, tendo um papel fundamental como facilitador dos worshops.

As opções estratégicas da intervenção concelhia foram determinadas para cada eixo estratégico, nos Workshops que contaram com participação das entidades parceiras do Conselho Local de Acção Social, com intervenção social directa. Estes Workshops tiveram como principal objectivo definir de uma forma participada, as linhas orientadoras para o desenvolvimento social de Esposende, aprofundar as prioridades de intervenção, definir as estratégias a implementar, priorizar intervenções, definir as metas a atingir nos diversos eixos e avaliar a sua viabilidade de concretização.

As opções estratégicas foram assim definidas, com base numa análise conjugada dos seguintes factores:

- Os recursos existentes (quer ao nível da comunidade, quer ao nível de possíveis candidaturas a programas e medidas);
- A viabilidade da concretização das acções (a vontade institucional);
- Os critérios de priorização dos problemas.

As Opções Estratégicas foram também tomadas de acordo com os princípios da Rede Social: integração, a articulação, a subsidiariedade, a inovação e a participação de todos os intervenientes.

Os eixos estratégicos pretendem orientar as instituições no desenho das intervenções, fornecer-lhes opções prioritárias coerentemente integradas no conjunto das outras intervenções.

Os eixos estratégicos para o desenvolvimento social do concelho representam as oportunidades e potencialidades de convergência na intervenção social direccionadas para áreas de optimização e impacto.

Pretende-se definir um conjunto de opções e tipologias de intervenção comuns para o concelho que sejam partilhadas e representem um compromisso institucional contratualizado no Projecto de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social.

Workshops para o Planeamento Estratégico

- número de workshops: 6 (10.07.07/11.09.07/27.09.07/11.10.07/23.10.07/21.11.07)

- reunião com dirigentes: 23.10.07

Entidades participantes nos Workshops:

Agrupamento de Escolas de Apúlia
Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende (ACICE)
Associação Cultural, Artística e Recreativa de Forjães (ACARF)
Associação de Defesa e Desenvolvimento e Promoção do Centro Infantil da Escola António Correia de Oliveira (ASSINJEPE)
Associação Esposende Solidário
Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)
Associação Social, Cultural e Recreativa de Apúlia (ASCRA)
Câmara Municipal de Esposende
Centro de Formação da Associação de Escolas (CFAE)
Centro de Saúde de Esposende
Centro de Solidariedade Social de Gemeses
Centro Distrital de Segurança Social
Centro Intervenção Cultural e Social de Palmeira de Faro
Centro Paroquial e Social de Vila Chã
Centro Social da Juventude Unida de Marinhas (JUM)
Centro Social da Paróquia de Curvos
Centro Social e Cultural de Gandra
Centro Social e Paroquial de Fonte Boa
Centro Social Juventude de Belinho
Centro Social Juventude de Mar
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens
Fundação Lar Santo António
Grupo Acção de Solidariedade Social de Antas (GRASSA)
Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)
Núcleo Local de Inserção do Rendimento Social de Inserção
Santa Casa da Misericórdia de Fão
Santa Casa da Misericórdia Esposende
Zendensino - Cooperativa de Ensino IPRL

Sistema de monitorização e avaliação - Painel de Indicadores para avaliação anual do Projecto Concelhio de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social

EIXO I – INTERVENÇÃO FAMILIAR INTEGRADA

Objectivos Específicos	Acções	Indicadores
E1/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2008, está criada uma equipa multidisciplinar para a intervenção directa no meio natural de vida da família	E1/01.1./A1 - Constituir a equipa multidisciplinar	- Nº de elementos da equipa - Nº de famílias com processos familiares sistematizados e planeados - Duração média da intervenção no processo familiar - Nº de processos por técnico - Nº de acções de intervenção familiar integradas e articuladas
	E1/01.1./A2 - Realizar acções de formação para a qualificação dos técnicos em metodologias de intervenção familiar	- Nº de sessões - Nº de técnicos certificados
	E1/01.1./A3 - Elaborar o documento/Protocolo de compromisso/Regulamento com as entidades	- Protocolo de compromisso - Regulamento de Funcionamento
	E1/01.1./A4 – Criar a plataforma digital social de informação e comunicação	- Plataforma digital - Nº de processos informatizados

EIXO II – EMPREGABILIDADE

Objectivos Específicos	Acções	Indicadores
E2/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2011 estão integrados em actividades ocupacionais/trabalho comunitário, 30%* DLD e 30%** RSI, com idades entre 25-54 anos (*127 do total de 424; ** 29 do total de 96)	E2/01.1./A1 - Planear, organizar e implementar dois ateliers ocupacionais	- Nº de ateliers criado - Nº de contratualizações - Avaliação das instituições - Nº de desempregados integrados em atelier ocupacional - Nº de beneficiários de RSI integrados em atelier ocupacional - Nº de famílias com resposta no rendimento do plano de intervenção familiar - Duração média da inserção profissional a partir do processo familiar - Nº de processos familiares resolvidos com a inserção profissional
E2/01.2. - Até 31 de Dezembro de 2012, 10%* dos desempregados estão integrados no mercado de trabalho (*86 do total de 862)	E2/01.2./A1 - Constituir uma equipa de intervenção directa no apoio à integração dos trabalhadores	- Nº de desempregados inseridos - Tipo de contrato
E2/01.3. - Até 31 de Dezembro de 2009 está criado um Clube de Empresários, constituído por um mínimo de 5%* de empresários associados à ACICE (*25 empresas, do total de 500 empresas associadas)	E2/01.3/A1 – Constituir o Clube de Empresários	- Nº de associados por sector de actividade
	E2/01.3./A2 - Criar uma Bolsa Social de Emprego	- Nº ofertas de emprego na Bolsa de Emprego do Clube de Empresários
E2/02.1. - Até 31 de Dezembro de 2010, as entidades formadoras, Agrupamentos e Escola Secundária organizam e articulam diversas acções de formação, dirigidas aos diversos públicos	E2/02.1./A1 – Elaborar o Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação	- Relatório do Diagnóstico Concelhio de Necessidades de Formação
	E2/02.1./A2 - Elaborar o Plano de Formação Integrado Concelhio	- Plano de Formação
E2/02.2. - Até 31 de Dezembro de 2011, 20% dos desempregados e 5% da população activa está integrada em acções de formação	E2/02.2./A1 – Elaborar um Protocolo de Cooperação com o Centro Novas Oportunidades	- Nº de activos com dupla certificação - Nº de activos certificados em RVCC

EIXO III – CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Objectivos Específicos	Acções	Indicadores
E3/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% das IPSS concelhias estão certificadas	E3/01.1./A1 – Implementar o sistema de gestão da qualidade nas IPSS	- Nº de IPSS certificadas - Nº de trabalhadores com qualificação na área da qualidade - Nº de respostas sociais certificadas
E3/02.1. - Alargar, entre 2008 e 2013, as respostas de serviços de apoio aos idosos, tendo por referência um aumento de 20% [nº de lugares em lares: 148; lista de espera: 47; nº de lugares Serviço de Apoio Domiciliário: 125; lugares a criar: 30 Lar; 25 SAD]	E3/02.1./A1 - Candidaturas ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais – PARES (MTSS)	- Nº de lugares criado, por valência
	E3/02.1./A2 – Elaborar a Carta Social de localização de equipamentos	- Carta Social
	E3/02.1./A3 – Criar respostas atípicas para vulnerabilidades sociais específicas	- Novas respostas sociais - Alargamento/alteração de funcionamento de valências
E3/02.2. - Até 31 de Dezembro de 2010 está em funcionamento uma rede transportes articulada	E3/02.2./A1 – Implementar a rede de transporte social	- Nº de entidades contratualizadas - Nº de viagens realizadas - Nº de veículos envolvidos - Nº de pessoas transportadas - Nº de entidades com acesso ao financiamento - Volume financeiro mobilizado
E3/02.3. - Até 31 de Dezembro de 2010 está em funcionamento uma Unidade Social de Emergência	E3/02.3/A1 – Implementar a Unidade Social de Emergência	- Nº de crianças, jovens, adultos e idosos acolhidos - Nº de realojamentos - Nº de situações apoiadas com fundo de maneio - Montantes atribuídos

EIXO IV – SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA

Objectivos Específicos	Acções	Indicadores
E4/01.1. - Até 31 de Dezembro de 2013, 60% das famílias sinalizadas no levantamento do parque habitacional degradado vivem em melhores condições de habitabilidade (28 habitações, do total de 47)	E4/01.1./A1 – Criar respostas de qualificação habitacional	- Nº de habitações recuperadas - Nº de habitações com nível de habitabilidade satisfatório - Nº acções desenvolvidas - Nº famílias/n.º elementos envolvidos
E4/01.2. - Até 31 de Dezembro de 2013, 80% da população com necessidades de habitação, está realojada	E4/01.2./A1 – Implementar respostas de realojamento habitacional	- Nº de habitações recuperadas - Nº de novos alojamentos - Nº de famílias/indivíduos realojados
E4/01.3. - Até 31 de Dezembro de 2009, está em funcionamento um plano integrado de oferta de ocupação de tempos livres	E4/01.3./A1 – Implementar um Plano Integrado de Oferta de Ocupação de Tempos Livres/ família	- Nº de participantes integrados em actividades de tempos livres - Nº de acções desenvolvidas - Nº de instituições envolvidas no plano integrado de oferta de tempos livres

EIXO V - CENTRO DE RECURSOS

Objectivos Específicos	Acções	Indicadores
E5/01.1. - Até 31.12.2012, está criado o Centro de Recursos para a intervenção familiar com um plano de intervenção integrado	E5/01.1./A1 – Criar o Centro de Recursos para a intervenção familiar – estrutura física, equipamentos	- Equipamento
	E5/01.1./A2 – Implementar os serviços disponibilizados, no âmbito do Centro de Recursos	- Nº de famílias/pessoas atendidas - Nº de técnicos - Nº de acções realizadas - Nº de instituições envolvidas - Nº de voluntários - Nº de imigrantes atendido

Fontes Bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira e outros (1992). *Exclusão Social – Formas e Tipos de Pobreza em Portugal.* Lisboa: Celta Editora.

COSTA, Alfredo Bruto. (2005). *Exclusões Sócias.* Fundação Mário Soares. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.

MONTEIRO, Alcides A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.

RUIVO, Fernando. (2000). *Poder Local e Exclusão Social*. Coimbra: Quarteto.

SCHIEFER, Ulrich; BAL-DÖBEL, Lucinia; BATISTA, António; NOGUEIRA, João; TEIXEIRA, Paulo (2006). MAPA – Manual de Planeamento e Avaliação de Projectos. Cascais: Principia.

SILVA, Manuela; COSTA, Alfredo Bruto (1989) (orgs.). *Pobreza Urbana em Portugal.* Lisboa: Departamento de Reflexão Cristã – Caritas Portuguesa.